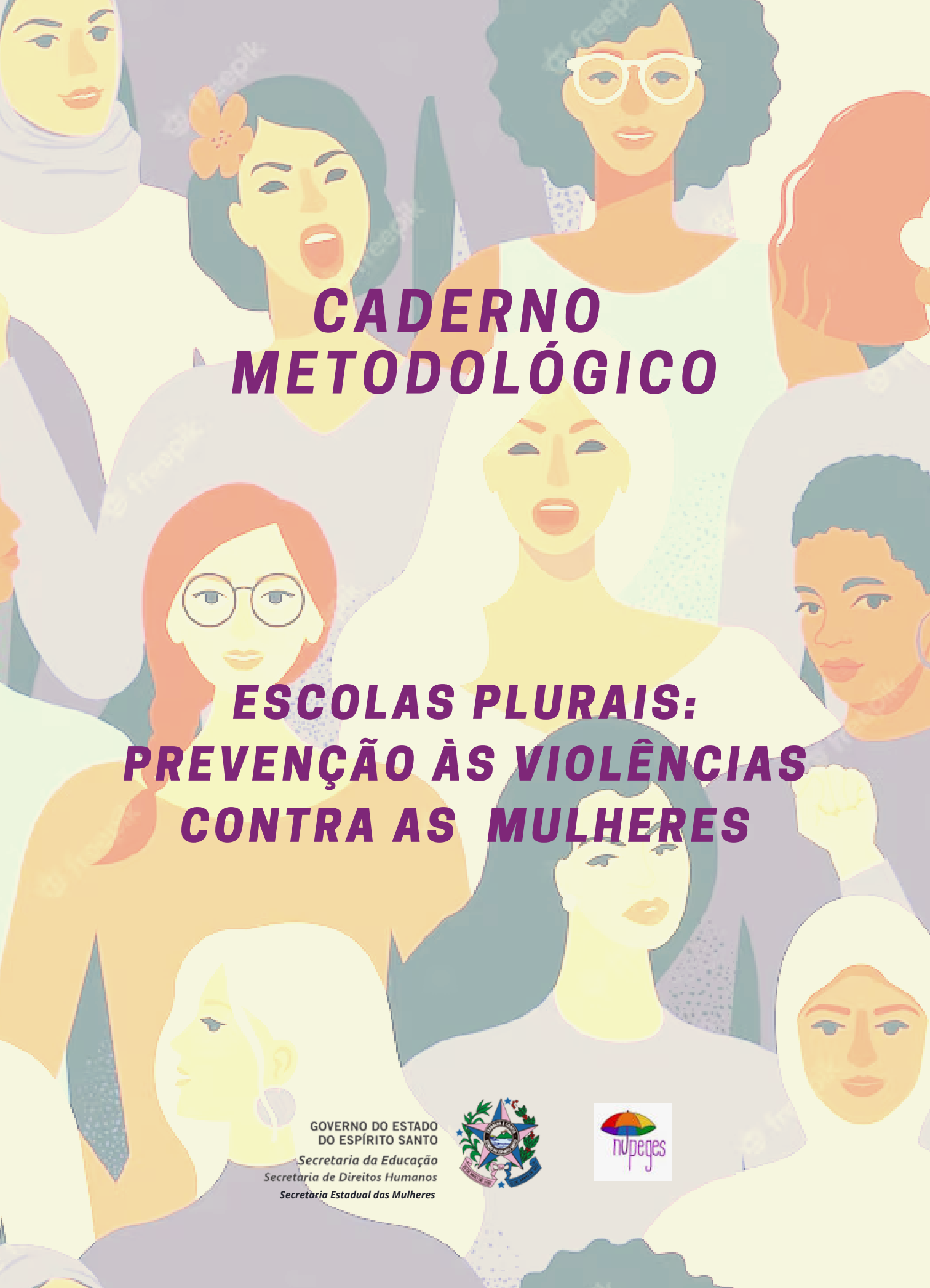
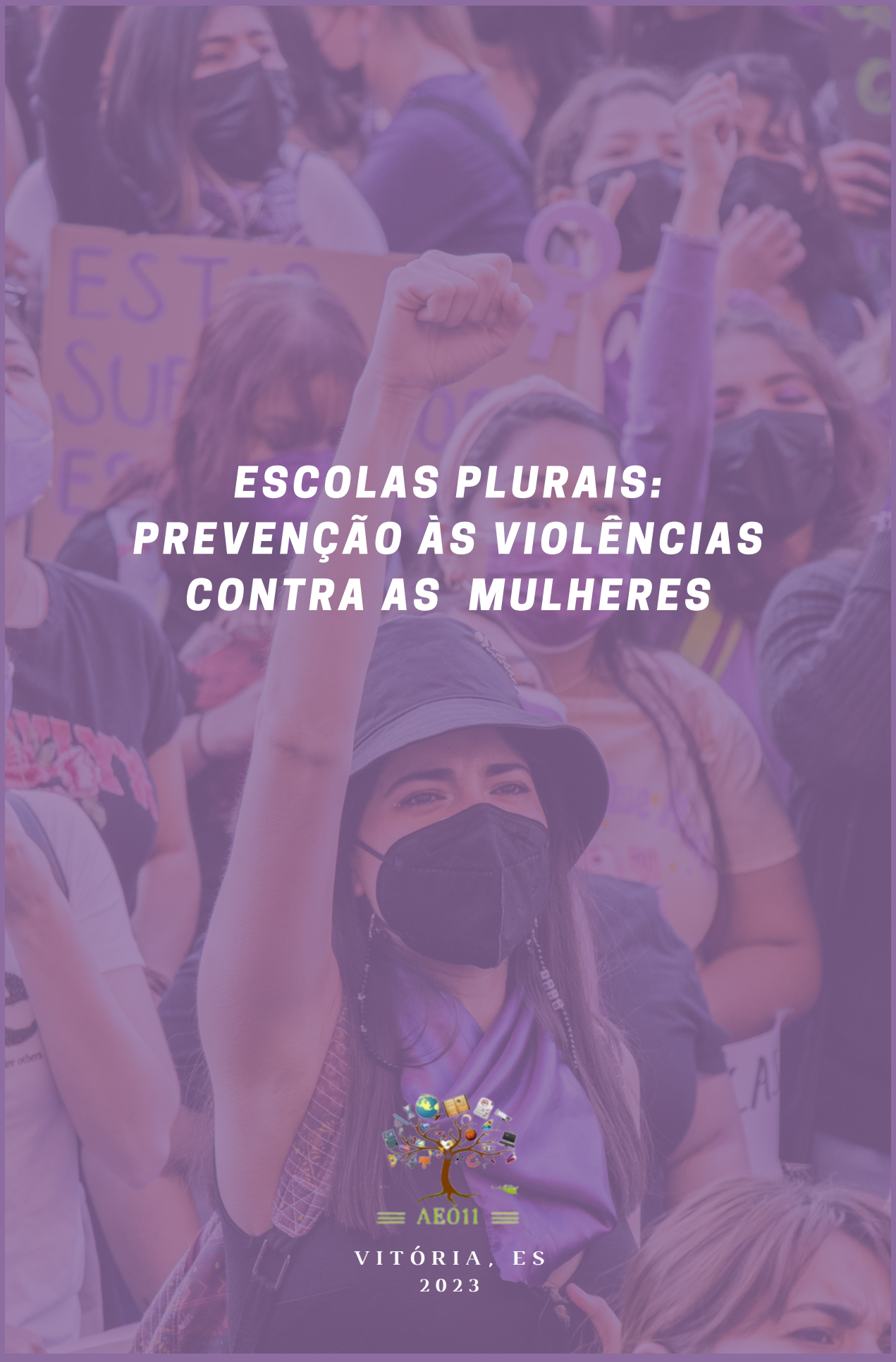


# CADERNO METODOLÓGICO

# ESCOLAS PLURAIS: PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria da Educação*
*Secretaria de Direitos Humanos*
***Secretaria Estadual das Mulheres***

nupeges



# ESCOLAS PLURAIS: PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

AE011

VITÓRIA, ES
2023

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**
**(Governo do Estado do Espírito Santo, ES, Brasil)**

---

**E77m** **Espírito Santo (Estado). Secretaria de Educação.**
**Escolas plurais : prevenção às violências contra as mulheres / Secretaria de Educação; Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental. - Vitória, ES : Secretaria de Educação, 2023.**
**119 p. : il. - (Cadernos metodológicos)**

**ISBN 978-65-85134-35-4**
**ISBN 978-65-85134-36-1 (digital)**

**1. Violência contra as mulheres. 2. Desigualdades Sociais. 3. Educação continuada. I. Xavier, Aldete Maria (org.) *et al.* II. Título. III. Série**

**CDD: 370**
**CDU: 37**

---

**Elaborado pela Bibliotecária Roberta Dalfior Cola - CRB ES-1002/O**

Governador do Estado do Espírito Santo
**José Renato Casagrande**
Secretário de Estado de Educação
**Vitor Amorim de Angelo**
Subsecretária de Estado da Educação Básica e Profissional
**Andréa Guzzo Pereira**
Assessora de Apoio Curricular e Educação Ambiental
**Aleide Cristina De Camargo**

Secretaria Estadual das Mulheres
**Jacqueline Moraes da Silva Avelina**
Pesquisadoras do Núcleo Interinstitucional
de Pesquisa em Gênero e Sexualidades
**Erineusa Maria da Silva**
**Elda Alvarenga**

**Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental**
**Técnicos Educacionais**

**Arte**
Claudia Botelho
Marcos Valério Guimarães
**Biologia/Ciências**
Luciane da Silva Lima Vieira
Vinicius Brito Lima
**Educação Física**
Korine Cardoso Santana
**Filosofia**
Aline Eduardo Machado
**Física**
Carolina Martins de Siqueira Barbosa
**Geografia**
Wanderley Lopes Sebastião
**História**
João Evangelista de Sousa

**Língua Inglesa**
Johan Wolfgang Honorato
**Língua Portuguesa**
Fernanda Maia Lyrio
Maria Eduarda Scarpat
**Matemática**
Gabriel Luiz Santos Kachel
Wellington Rosa De Azevedo
Laiana Meneguelli
**Química**
Thaís Scardua Rangel Garcia
**Sociologia**
Aldete Maria Xavier
**Bibliotecários**
Roberta Dalfior Cola
Victor Barroso Oliveira

## Professores Colaboradores:

**Camila Dalvi Venturim**
EEEFM João Bley - Castelo

**Amanda Alcure Castro**
**João Carlos Vieira**
CEEFMTI Henrique Coutinho - Iúna

**Ana Caroline Pereira**
**Yamilia de Paula Siqueira**
EEEFM Ary Parreiras - Cariacica

**Alessandra Aparecida Bispo**
**Ediane Jovina**
**Natali Cassaro**
EEEFM Irineu Morello - Governador Lindenberg

**Karla Serrano de Oliveira**
EEEM Gomes Cardim - Vitória

**Iara Caliman Capelini**
EEEFM Padre Antônio Volkers - Marilândia

**Carla Priscila Wendler**
**Polyana Bromenschenkel da Silva**
EEEFM Ana Lopes Balestrero - Cariacica

**Érika Almeida Furtado**
**Rosimar Rocha Pires de Oliveira**
EEEFM Profª Célia Teixeira do Carmo - Alegre

## Organizadores:

Aldete Maria Xavier
Aleide Cristina De Camargo
Aline Eduardo Machado
Elda Alvarenga
Erineusa Maria da Silva
Juliane Barroso
Lorena Tereza da Penha Silva
Milena Paraiso Donô
Rozilda Salet de Paula Rodrigues

## Diagramação:

Aline Eduardo Machado
Lorena Tereza da Penha Silva
Luciane da Silva Lima Vieira
João Evangelista de Sousa



# SUMÁRIO



**APRESENTAÇÃO**.....**7**

Educação Integral.....8
Projeto Escolas Plurais.....9
Caderno metodológico.....12
Temas integradores do Currículo do Espírito Santo.....13
Contextualização do Caderno metodológico.....16
Desigualdades Sociais e Direitos humanos.....20
Pilares da Desigualdade: patriarcado, racismo e classe.....23
Noções de Gênero/ Relação social de sexo e cotidiano.....24
Movimentos de Mulheres Feministas e as conquistas de Direitos Humanos.....27
Conheça as principais características das ondas do movimento feminista .....29
Gênero: uma construção histórica.....33
Violência contra as mulheres.....36
**CONCLUSÃO**.....41
**REFERÊNCIAS**.....42
**Como podemos trabalhar esse tema em sala de aula**.....45
**Práticas Pedagógicas**.....46
Convivendo em igualdade: Viva a Cor, Viva o amor, Viva as diferenças .....47
"Viveram felizes para sempre?": desconstruindo estereótipos de gênero e refletindo sobre a vida real para além do "país das maravilhas" .....56
Violência contra Mulher, até quando?.....66
Educação e as relações de gênero, etnia e raça: possibilidades pedagógicas de fortalecimento da alteridade.....75
A Problemática da Desigualdade de Gênero em Sala de Aula: análise de dados e relações de poder .....85
Mulheres de Todas as Cores.....90
Mulher, por que choras?.....102





# APRESENTAÇÃO

## OLÁ, PROFESSOR(A),

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), da Subsecretaria de Estado da Educação Básica e Profissional (SEEB), da Secretaria de Estado das Mulheres (SESM), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e do Núcleo Interinstitucional de Pesquisa em Gênero e Sexualidades (NUPEGES), elaborou este Caderno Metodológico, com o objetivo de socializar conhecimento e estratégias de trabalho relacionadas à promoção de relações baseadas no reconhecimento das diversidades, da equidade entre meninos e meninas e prevenção às violências contra as mulheres.





A elaboração do Caderno está em consonância com as novas diretrizes da educação propostas pela Base Nacional Comum Curricular, com o Currículo do Espírito Santo e com as diretrizes do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (Decreto 4490-R de 29 de agosto de 2019) e do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Decreto 4762-R de 18 de novembro de 2020).

# Educação Integral

O Currículo do Espírito Santo é orientado por princípios pautados na Educação Integral, que devem subsidiar a política educacional do território. Por meio de sua proposta, visa promover o desenvolvimento do sujeito em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, por isso, compreendendo-o em sua integralidade.





A escola, de tempo parcial ou integral, comprometida com o desenvolvimento do sujeito em sua integralidade deve promover situações de aprendizagem que articulem conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o desenvolvimento dos/as estudantes, o exercício de sua autonomia e, ao mesmo tempo, o estabelecimento do compromisso com a construção e melhoria do mundo em que vivem.

Diante do exposto, a educação que acreditamos é aquela que tenha como objetivo potencializar a formação humana para a compreensão de que o diálogo com o/a outro/a é fundamental para a construção de um projeto comum de existência no mundo. Assim, a educação deve ser tomada como um empreendimento humano que se preocupa com o reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos na sociedade, no sentido da construção de uma sociedade justa e igualitária (SILVA, 2019).

# Projeto Escolas Plurais

O Projeto Escolas Plurais é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, coordenado pela SEDH e SEDU. Esse projeto visa promover nas instituições estaduais de ensino a formação inicial e continuada para equidade de gênero, raça e etnia, reconhecimento das diversidades e prevenção à violência contra as mulheres. Nesse sentido, torna-se necessário: descontruir percepções que reafirmam práticas sexistas, machistas, lgbtfóbicas e racistas no ambiente escolar; valorizar o cotidiano escolar como espaço privilegiado para promoção de padrões de convivialidade[1] livres de discriminação; estimular a institucionalização de políticas educacionais e metodologias voltadas para promoção de sujeitos autônomos e crítico-reflexivos; e estimular a extrapolação das reflexões acerca das práticas discriminatórias presentes em nossa sociedade, para a vida cotidiana das alunas e dos alunos.





Desta forma, reconhecendo a escola como um ambiente privilegiado e estratégico para promoção de novos padrões de convivialidade, tendo como horizonte a promoção dos Direitos Humanos e do respeito à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o respeito às diferenças e a prevenção às violências, necessita-se estabelecer políticas nas instituições de ensino orientadas para tal fim. Nesse sentido, "(...) o Espírito Santo esforça-se para superar contrastes sociais, vislumbrando na escola território propício ao desenvolvimento da cidadania e à promoção da dignidade humana" (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.11).

[1] Capacidade de uma sociedade em favorecer a tolerância e as trocas recíprocas das pessoas e dos grupos que a compõem. "**convivialidade**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/convivialidade [acesso em 04-02-2022].

Vale ressaltar que o **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM)**[2], institucionalizado no Governo do Estado em agosto de 2019, em seu eixo 2, prevê a promoção de uma "Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica e não transfóbica". Para tanto se desdobram as ações:




Clik na imagem e tenha acesso ao plano completo.

2.2 Promoção da formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça/ etnia e o reconhecimento das diversidades.

2.3 Promoção de formação de estudantes da educação básica para equidade de gênero, raça/ etnia e o reconhecimento das diversidades.

2.4. Promoção de medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, identidade de gênero, geracionais, orientação sexual, da cidade e do campo.

2.5. Produção e difusão de conhecimento sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis da educação básica.

Quando se observa a condição das mulheres com relação aos homens nas últimas décadas, são inquestionáveis as importantes transformações histórico-culturais no que diz respeito aos avanços em relação às desigualdades de gênero nos espaços públicos e privados. No entanto, a desigualdade ainda é expressiva e atinge também o ambiente escolar nas suas mais diversas relações.



Ademais, a tendência à promoção de uma educação cada vez mais democrática nos faz apreciar a inclusão daqueles que historicamente foram subtraídos dos direitos mais essenciais, de modo que todos, indistintamente, são mais do que bem-vindos às escolas capixabas: são essenciais. (ESPÍRITO SANTO, 2018, p.11).

[2] O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) é resultado de um processo de construção coletiva de mulheres de todas as regiões do Estado do Espírito Santo, iniciada no processo da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada em 2011. Em 2013 foi constituída a Comissão Temporária de Elaboração do PEPMES que juntamente com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo (CEDIMES) deram continuidade ao compromisso assumido em 2011. Em outubro de 2014 realizou-se o Seminário de Revalidação do PEPM com a participação de 150 mulheres. Em dezembro de 2014 o documento foi entregue ao governador Renato Casagrande. Em agosto de 2019 o Plano foi institucionalizado por meio do Decreto nº 4490-R com o objetivo de promover, desenvolver e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado. O PEPM está disponível no site da SEDH (https://sedh.es.gov.br/plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres ).

Atentar-se a essas questões e estabelecer uma educação voltada para a promoção aos Direitos Humanos revela-se como essencial para formação de cidadãos/ãs comprometidos/as com a construção de uma sociedade livre, justa e democrática. Compreende-se que todos/as os/as profissionais (pedagogos/as, diretores/as, professores/as, coordenadores/as e demais profissionais) que atuam nas escolas são agentes determinantes para que essa orientação se desdobre em vivências e práticas no cotidiano escolar.

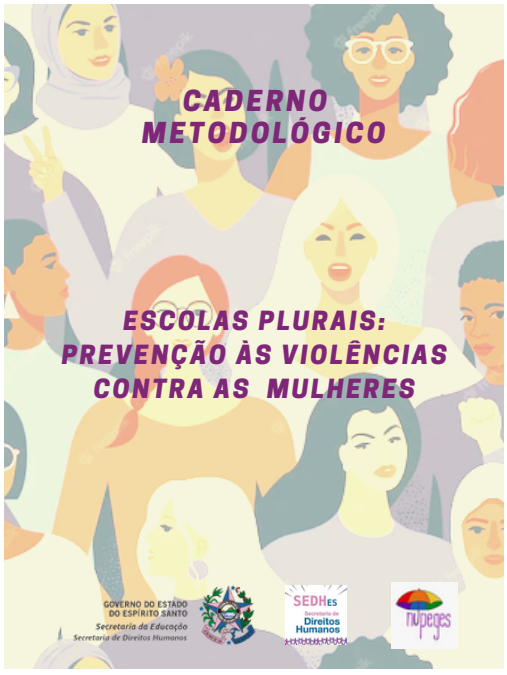


Paradoxalmente, os efeitos positivos das ações preventivas são os mais difíceis de serem contabilizados, uma vez que se demonstram principalmente a médio e longo prazo e que não vão atuar no sentido de resolver um problema instalado, mas vão agir nas condições que constituem solo fértil para um problema, buscando evitar sua ocorrência no maior número de pessoas possível.

Por esse motivo, a parceria entre a SEDU e a SEDH consiste num avanço na tratativa da questão da prevenção à violência contra as mulheres, da equidade de gênero, raça e etnia e do reconhecimento das diversidades, demonstra o compromisso do Estado na elaboração de ferramentas que apoiem os educadores em sala de aula.



# Caderno Metodológico




O público alvo deste caderno são os professores e os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio. Espera-se contribuir e somar com o compromisso de estimular práticas de respeito e tolerância aos/as educandos/as do nosso Estado e enriquecer as possibilidades de atuação e discussão sobre a equidade de gênero, raça e etnia, reconhecimento das diversidades e prevenção à violência contra as mulheres.



# Temas Integradores do Currículo do Espírito Santo

Os temas integradores presentes no Currículo do Espírito Santo fazem referência a assuntos de grande relevância e são considerados como urgentes para a sociedade brasileira. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, possibilitando um posicionamento ético e crítico sobre e no mundo.



Trata-se, portanto, de temas contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política e ética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma, suas abordagens nas propostas curriculares objetivam superar a lógica da mera transversalidade, ao se colocarem como estruturantes e contextualizadores dos objetivos de aprendizagem.

Nesse sentido, os Temas Integradores podem instrumentalizar os estudantes para um maior entendimento da sociedade em que vivem. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são quinze o número de Temas Integradores. No Currículo do Espírito Santo (CES)foram ampliados para dezenove:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Direito da Criança e do Adolescente | Educação Alimentar e Nutricional | Diálogo Intercultural e Inter-religioso | Educação em Direitos Humanos | Saúde, Vida Familiar e Social |
| Educação para o Trânsito | Educação Ambiental | Processo de Envelhecimento. Respeito e Valorização do Idoso | Educação em Relações Etino-Raciais e Ensino de Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena | Trabalho e Relações de Poder |
| Educação para o Consumo Consciente | Educação Financeira e Fiscal | Trabalho, Ciência e Tecnologia | Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica | Ética e Cidadania |
| | Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade | Povos e Comunidades Tradicionais | Educação Patrimonial | |

No caderno aqui proposto com a temática “Escolas Plurais: prevenção às violências contra as mulheres” estão sendo utilizados de forma transversal os seguintes temas integradores **Trabalho e Relações de Poder** que faz uma reflexão crítica sobre as relações de poder e de dominação no processo de socialização e hierarquização no mundo do trabalho, no espaço da casa, na produção agrícola, na cidade, nas indústrias, no trabalho formal e informal, no uso de tecnologias, no mercado e na sociedade em geral, o tema **Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade** que aborda a cultura patriarcal característica da sociedade capixaba e que estabelece uma hierarquia entre os gêneros. E o tema **Educação em Direitos Humanos** que permite a formação de sujeitos ativos ao trazer conhecimentos que questionam e refletem a realidade social e desenvolvem habilidades, potencialidades e consciência crítica permitindo assim a autotransformação e mudanças social, política e econômica (GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 2018, p.42).

Para subsidiar o trabalho dos(as) professores(as) nas unidades escolares serão apresentadas sugestões metodológicas para guiar a abordagem dos Temas Integradores nas práticas pedagógicas das escolas. Para tanto, a metodologia de trabalho com os Temas Integradores estará baseada em quatro pilares:



O objetivo dessa proposta de sugestões metodológicas é favorecer e estimular a criação de estratégias que relacionem os diferentes componentes curriculares e os Temas Integradores de forma que o/a estudante ressignifique a informação procedente dos diferentes saberes disciplinares e transversais, integrando-os a um contexto social amplo, identificando-os como conhecimentos próprios. Para tanto, sugere-se formas de organização dos componentes curriculares que, respeitando a competência pedagógica das equipes escolares, estimulem estratégias dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão de suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2017, p.12). Para atender as diferentes demandas, as abordagens dos Temas Integradores foram divididas em três níveis crescentes de complexidade, a saber: intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar:



**Intradisciplinar**

**Cruzamento entre conteúdos e habilidades**

**1. Abordar o tema**

**Interdisciplinar**

**Módulos de Aprendizagem Integrada**

**1. Abordar o tema**
**2. De forma integradora**

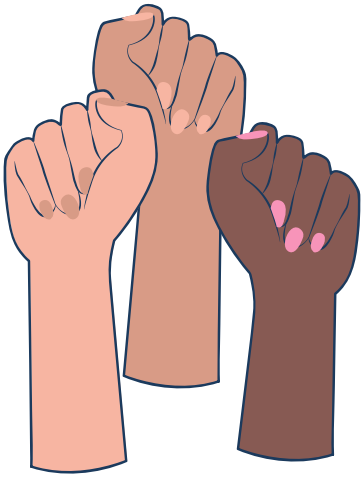
**Transdisciplinar**

**Projetos integradores e transdisciplinares**

**1. Abordar o tema**
**2. De forma integradora**
**3. De forma transversal**

As propostas visam, ainda, contribuir para que os estudantes sejam conscientes de seu processo de aprendizagem e para que o professorado possa estabelecer uma estruturação mais aberta e flexível dos conteúdos escolares. As propostas estão vinculadas à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional e buscam articular os conhecimentos escolares, organizar as atividades de ensino, mas não de uma forma rígida, nem, necessariamente, em função de referências disciplinares preestabelecidas.

# CONTEXTUALIZAÇÃO DO CADERNO METODOLÓGICO



Dentre as inúmeras violações aos Direitos Humanos presentes em nossa sociedade, as violências contra meninas e mulheres se revelam como uma das mais presentes. O termo “violência” no plural serve para traduzir as diversas situações que extrapolam a doméstica e familiar a que tomamos conhecimento. Resultado/ reflexo de condições sistêmicas que reafirmam cotidianamente as desigualdades, suas manifestações demonstram a complexidade do fenômeno e da necessidade de elaboração de estratégias e de respostas que visam a coibir a sua ocorrência.

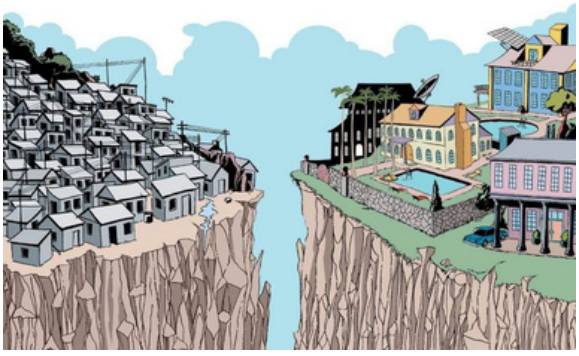
Professor/a, você já parou para pensar sobre as desigualdades sociais que produzimos como sociedade? Aliás, já parou para pensar sobre essa ótica de que as desigualdades são produções humanas? Então vamos pensar um pouco sobre isso?



A concepção de desigualdade social que se assume ao longo deste caderno é a defendida por Silva (2019). Para o autor, a desigualdade social caracteriza-se, principalmente, como a apropriação indevida de bens, recursos e recompensas e, implica, necessariamente em concorrência e luta, dito de outra forma: “[...] as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societais (pré)existentes das desigualdades (SILVA, 2019, p. 28). Deve-se ressaltar que esta concepção nega a possibilidade da desigualdade natural entre os seres humanos.

Há quem prefira, muito provavelmente por uma questão didática, analisar as desigualdades a partir de três pilares separadamente: o econômico, o social e o político. Nesse sentido, vale registrar que a análise que fazemos parte do pressuposto que essas são dimensões que compõem a desigualdade social. Analisadas dialeticamente, compreendemos que as desigualdades sociais são multifacetadas e interagem de modo indissociável, nas dimensões econômica, social e política, em cada sociedade.

O Brasil apresenta-se como um dos países que, de forma mais enfática a partir da década de 1990, adotou diversos procedimentos que visavam a reestruturar o Estado para que esse atendesse aos interesses das elites e dos governantes brasileiros. As reformas empreendidas tinham como justificativa a necessidade de estarmos, como nação, preparados para a seleção natural oriunda da globalização da economia. Um dos resultados dos constantes acordos com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi a transferência de responsabilidades sobre as políticas públicas para os estados e municípios, o que interferiu diretamente na promoção de políticas públicas, como saúde e educação.



Fonte:https://bityli.com/EuT78



Fonte: https://bityli.com/qdYo7

Assim, pudemos observar o aumento da miséria, da violência, e a diminuição de assistência social para a população. Entretanto, os efeitos da globalização não chegam à população de modo homogêneo, uma vez que vivemos em uma sociedade marcada pela discriminação e pela estratificação social. Observamos que os setores mais prejudicados ainda são a maioria da população que vive em miséria absoluta, principalmente crianças e mulheres (ALVARENGA, 2007).

De acordo com o Laboratório das desigualdades Mundiais[3],o Brasil segue sendo um dos países com maior desigualdade social e de renda do planeta. O relatório, publicado em dezembro de 2021, aponta que o Brasil é marcado por elevados níveis de discrepância de renda e que a desigualdade já está presente no contexto brasileiro há muito tempo. Em entrevista para a BBC News Brasil, Lucas Chanel, um dos autores do relatório, afirma que "[...] entre os 100 países analisados, o Brasil é um dos países mais desiguais. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G 20". Para o laboratório, quatro dados confirmam essa triste posição do Brasil: OS 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total; os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos que os mais ricos; a metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza do país e o 1% mais rico possui quase metade da fortuna patrimonial brasileira.

Somam-se a esses dados, os apresentados, em 2017, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)[4] no Brasil, somente 13,5% concluiu o ensino superior; 52% da população de 25 anos ou mais têm apenas o ensino fundamental completo e um contingente de 13 milhões de analfabetos/as; 101 mil moradores/as em situação de rua.



A pesquisa do Ipea indica também que a desigualdade tem sexo[5] e raça/etnia. Quanto ao sexo, vimos que a renda mínima feminina é de R$ 1.762,00 e a renda mínima masculina é de R$ 2.251,00. Em relação a raça/etnia os dados apontam que 73,2% dos/as que vivem com R$ 130,00 per capta são negros; dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade, 53,2% não cursam o ensino superior; 30 mil jovens são assassinados no Brasil anualmente, destes 77% são negros.

[3] Integra a Escola de Economia de Paris.

[4] IPEA, 2017. Data Popular 2016, PNAD, 2016, Anistia Internacional, 2017, IBGE 2015, IBGE 2016. Disponível em: https://redacaonline.com.br/blog/correcao-de-redacao/infografico-10-dados-sobre-a-desigualdade-no-brasil/. Acesso em: 14 fev. 2022.

[5] Os dados não apresentam estratificação por gênero.

Nos dados sobre violência essa tendência também se mantém, análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2019 apontam que das mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil, em 2% as vítimas são amarelos; 24,4% são brancos e 75,4% são negros (BUENO; MARQUES; PACHECO; NASCIMENTO, 2019).

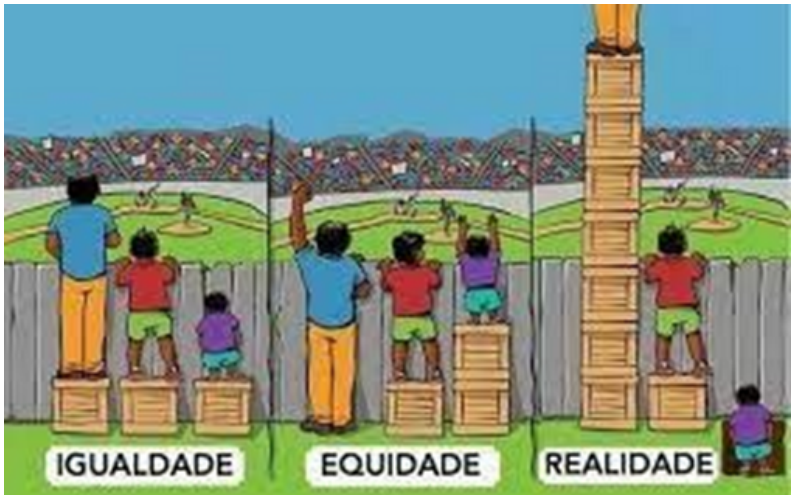


Fonte:https://static.todamateria.com.br/upload/fo/to/foto_da_favela_de_paraisopolis_2.jpg

Esses são dados assustadores! E o mais complexo é que são naturalizados e passam a não nos chocar tanto e passamos até a não "ligar" muito para isso. Talvez porque, por exemplo, fomos levados a crer que essa disparidade econômica entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros é fruto do mérito. Então, o que é fruto de ausência de políticas públicas mais equitativas e de arranjos sociais para manutenção de privilégios é individualizado a partir da noção de meritocracia. Dito de outro modo, fruto da incompetência de quem não consegue enriquecer.

Diante desta triste realidade, é preciso que se pensem alternativas que diminuam a desigualdade social e a educação, mais especificamente, a escolarização tem papel fundamental na luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A imagem abaixo, nos provoca a refletir sobre as inúmeras contradições presentes nesse processo:

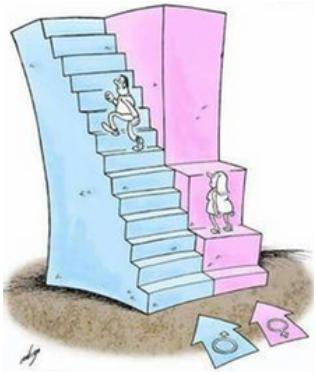
Nesse sentido, não basta a oferta igualitária dos direitos, pois é fundamental que o acesso a estes seja diferenciado a partir das condições historicamente desiguais entre ricos e pobres, negros, brancos e indígenas, homens e mulheres. Como vimos, esse contexto afeta diretamente a vida das mulheres, elemento de aprofundamento no próximo tópico.




Fonte: encurtador.com.br/BEFNX

# Desigualdades Sociais e Direitos Humanos

No que se refere às mulheres, percebe-se que, se, de um lado, as três últimas décadas foram marcadas por conquistas importantes na luta contra as desigualdades sociais, por outro, a globalização também contribuiu para a manutenção da opressão de gênero. Ao avaliar os impactos da globalização sobre a economia mundial, Berry (1999) aponta que, assim como a globalização significa maiores oportunidades para o trabalho pago para algumas mulheres em alguns países, também "[...] significa maiores oportunidades de exploração do trabalho pouco remunerado, sem qualquer alívio das responsabilidades da maternidade, o cuidado e atenção ao marido e outros parentes" (BERRY, 1999, apud, ALVARENGA, 2007, p. 47). Nesse sentido, avalia o autor,



Fonte: https://bityli.com/5kVJ2

> [...] hierarquias de sexo e raça permanecem tão reais, ou ainda mais reais do que nunca. A busca da corporação global por mão-de-obra feminina barata na Ásia, África, no Caribe e na América do Sul, atrapalha os relacionamentos nacionais e familiares desses locais. As mulheres do ocidente são vistas, no mundo todo, como símbolos das possibilidades de consumo de mercados (BERRY, 1999, p. 23).

Ramalho (2002) analisa os impactos da globalização na teorização da diferença e diferenciação sexual. Para essa autora, a problemática da identidade sexual tem peso sobre a cultura contemporânea. Não podemos analisar os processos de globalização sem considerar os processos de construção e reprodução do sexo, da diferença sexual e da sexualidade. Para a autora,



Fonte: https://bityli.com/KviH4

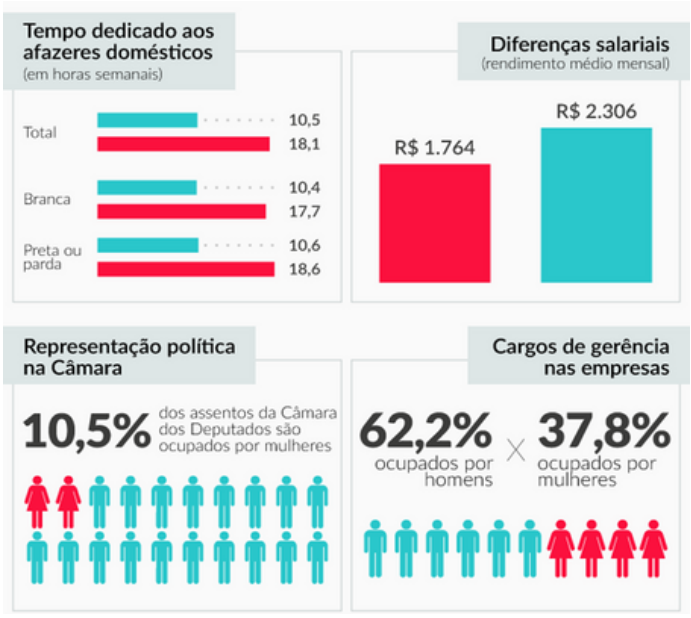


Fonte: https://bityli.com/nqV6o

> [...] qualquer identidade, também a identidade sexual, é plural, relacional e historicamente situada, sujeita a oscilações da ciência e da política, da cultura e da arte, e até da moda, e tanto mais se oferece protagonista do espetáculo da moderna sociedade global quanto mais premente se põe à questão do poder, e quanto mais necessária se torna à luta contra a desigualdade e a opressão (RAMALHO, 2002, p. 544).

Se olharmos para as imagens das desigualdades sociais da página anterior e fizermos uma análise a partir de um viés de gênero, veremos que as imagens acima apresentam outras nuances que não se mostram imediatamente.

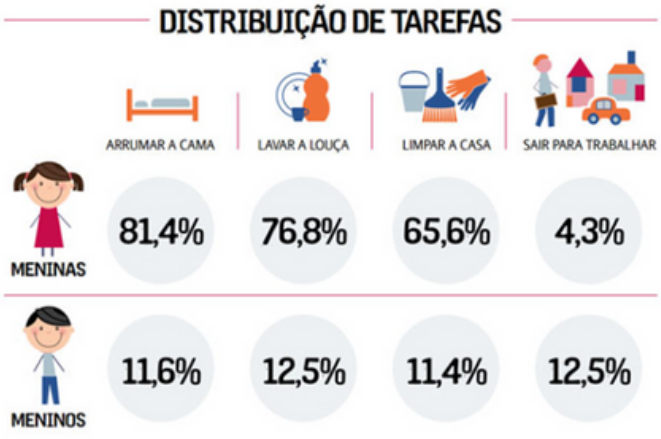
Dados do IBGE (2018), divulgados pela Revista Exame mostram as desigualdades existentes quanto ao trabalho doméstico, às diferenças salariais, à representação política e a participação das mulheres em cargos de gerência em empresas privadas




Fonte: Exame, (2018)

É fundamental destacar que as desigualdades são ainda mais profundas quando olhamos para a condição social da mulher negra. Isso não ocorre apenas quanto ao tempo dedicado aos afazeres domésticos, mas em toda a dinâmica de vida da mulher negra: ela é a que sofre mais violência doméstica, é a que está menos presente em postos de trabalho de gerência, estão menos presentes como professoras nas universidades, são menos presentes também nas representações políticas etc. Enfim, aqui vemos nitidamente como o embricamento de duas dimensões da desigualdade, gênero e raça, se expressam.

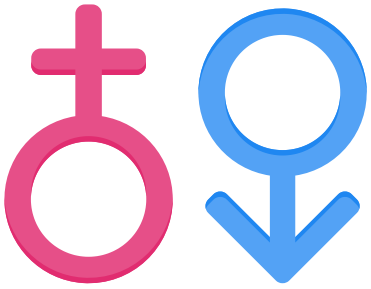
Como visto, as desigualdades são produzidas com base no poder, na exploração e opressão que são construídas nos cotidianos como se fosse natural, ou seja da natureza humana. Talvez não exista uma atividade mais bem aceita como atividade de mulher como o serviço doméstico. As mulheres conseguiram adentrar ao espaço público pelo trabalho, mas o inverso ainda precisa ocorrer: que homens se apropriem da tarefa da divisão do trabalho doméstico. A imagem ao lado traz dados importantes para repensarmos como temos organizado o trabalho doméstico entre meninos e meninas e de como isso perpetua o lugar da mulher como a única capaz de dar conta da categoria cuidado.




Fonte: https://cientistasfeministas.wordpress.com/2018/10/12/meninas-trabalho-domestico-e-escola/

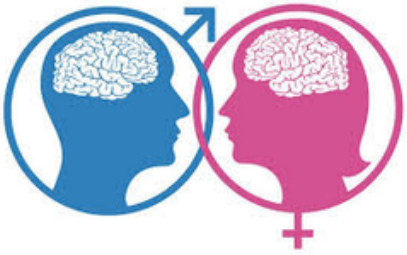
[6] Conforme Freitas (2019): "O trabalho infantil doméstico, inserido no rol das piores formas de trabalho infantil a partir do Decreto 6.481 de 12 de junho de 2008, explora trabalhadores "invisíveis", havendo uma enorme cifra oculta nas pesquisas, sendo o tipo de trabalho infantil mais difícil de ser identificado, prevenido, enfrentado e erradicado".

Ademais, estudos (PLAN INTERNATIONAL BRASIL, 2016; FREITAS, 2019; GARCIA, 2019) têm demonstrado que essa responsabilidade maior das tarefas de casa sobre as meninas, em sua maioria negras, afeta a sua capacidade de dedicação aos estudos.



O gênero feminino é o que mais sofre com esse tipo de exploração, crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, têm dupla ou até tripla jornada de trabalho, indo à escola, trabalhando em suas casas ou em casas de terceiros, seja limpando ou como cuidadoras de crianças ou idosos e até mesmo as duas atividades conjuntas (FREITAS, 2019, p. 3).

Esse cenário de desigualdades se manifesta em todas as dimensões das relações sociais, inclusive nos processos educativos. Nela repousa, por um lado, nossa preocupação, qual seja, de que os cotidianos se configuram como espaço e tempo de reprodução das desigualdades sociais e, por outro, também a esperança que se torne momento potente de desconstrução dos estereótipos de gênero que renegam as mulheres a condição subalterna e inferiorizada em relação aos homens. É nesse sentido que é importante defender uma escola plural, múltipla, que respeite as diferenças e forneça subsídios para uma análise crítica da realidade em que estamos inseridos. Para Alvarenga (2007, p. 110):



[...] o cotidiano escolar é um campo fértil tanto para a reprodução como para a manutenção das desigualdades sociais típicas da opressão de classe, etnia e, no caso do nosso estudo, de gênero. Desconstruir essas relações e construir novas relações pautadas no respeito às diferenças sem discriminação é uma responsabilidade de todas as pessoas envolvidas no processo [...].

Também Carvalho (2003, p. 71) chama a atenção para isso quando identifica duas maneiras combinadas de desenvolver a consciência crítica na escola: "[...] a primeira é ensinando diretamente sobre as relações de gênero (visão teórica) e a outra é enfocando oportunidades concretas no currículo para exemplificar e analisar como as relações de gênero são construídas e reforçadas na prática escolar".

Assim, nesse próximo tópico te convidamos a se debruçar um pouco mais para compreender as raízes dessas desigualdades, opressões e violências de gênero à luz do que diversas estudiosas têm pesquisado, seja do ponto de vista histórico ou sociológico.



## Pilares da desigualdade: patriarcado, racismo e classe

A estudiosa Saffioti (1997) identifica três grandes formas de exploração nas sociedades contemporâneas: a de classe, a de gênero e a de raça/etnia. A autora afirma que esses três eixos estruturam contraditoriamente a sociedade. Essas estruturas não operam de modo isolado, e suas correlações de forças foram historicamente formando um "[...] nó com características distintas das encontradas nos antagonismos tomados um a um, embora tanto estes quanto sua simbiose apresentem natureza contraditória" (SAFFIOTI, 1997). Esse movimento não é linear nem atemporal, mas vai constituindo-se a partir das relações históricas e sociais que vão sendo construídas. Assim,



> [...] as condições históricas determinam qual delas será dominante naquele momento, sem prejuízo das demais assumirem este papel em outra conjuntura. Em outros termos, a sociedade não conhece uma única cisão, mas fundamentalmente três, as mulheres, assim como os homens, não constituem uma categoria homogênea, apresentando interesses de classe e de raça/etnia inconciliáveis. Trabalhar com apenas uma hierarquia não significa, por conseguinte, interpretar o sujeito histórico como uno (SAFFIOTI, 1997, p. 1).

Essas representações são socialmente construídas e buscam justificar artificialmente a opressão. A opressão, no entanto, utiliza-se da naturalização como arma para escamotear a discriminação e busca mostrar que homens e mulheres têm papéis definidos que, se questionados e modificados, quebram a ordem natural. Importante se faz chamar atenção a interseção entre as categorias gênero e étnico-racial. Veloso (2022), em análise sobre a violência contra as mulheres e a mídia, alerta:



> Em 15% das matérias analisadas que continham imagens de vítimas de feminicídio, houve exibição de corpos – em sua maioria de mulheres negras – sem qualquer tratamento [...] além da crueldade da morte, há a revitimização pela exposição midiática. Outro ponto verificado também foi a baixa atenção à condição racial das vítimas nos textos, embora as estatísticas oficiais demonstrem que as mulheres negras são 60% das mortes por feminicídio e que o assassinato delas cresceu 54% de 2003 a 2013 (p. 180). Ao que parece essa diferença entre negras e brancas prevalece, pois, dados de 2019 indicam que das vítimas de feminicídio, 61% são negras e 38% são brancas (PEREIRA; BUENO, BOHNENBERGER; SOBRAL, 2019).

É nesse sentido que a presença de conteúdos que discutam questões relacionadas ao gênero na escola se faz relevante se considerarmos a escolarização como uma instituição parte da sociedade, espaço e tempo de desconstrução das concepções de homens, mulheres, de mundo e sociedade ainda tão arraigadas em naturalizações sociais que hierarquizam humanos a partir do sexo. A formação escolar tem papel fundamental na luta pela construção de um mundo mais humano, justo, solidário e democrático.

Morgade (2000) salienta que o discurso pedagógico da escola capitalista, mesmo quando apresenta contradições e espaços de resistência, tem a tendência de reproduzir as relações de poder e reforçar as relações sociais pautadas no patriarcado. Nesse sentido, o currículo aparece como um dos elementos importantes tanto para a transformação como para a manutenção das configurações das relações de gênero. Para Carvalho (2003, p.73) "[...] as relações de gênero não são algo de que se possa tomar distância, como outros conteúdos curriculares, pois, de forma mais ou menos explícita, estruturam o trabalho escolar, as relações entre docentes e discentes, e constituem as identidades pessoais e profissionais". É nesse sentido que repousa a validade deste material.

## Noções de gênero/ relações sociais de sexo e cotidiano: transformações sociais e conquista de direitos humanos.

Vivemos um momento histórico em que a ideia de direitos humanos tem sido bastante questionada. Não raro ouvimos falas como "os direitos humanos só defendem bandidos". Esse tipo de pensamento nos leva a necessidade de reafirmar a todo tempo o que são os direitos humanos. Segundo Benevides (2000, p. 1)



"[...] os direitos humanos são todos os direitos considerados fundamentais para todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral".

Dizemos que os direitos humanos são fundamentais pois sem os mesmos não se garante a dignidade para a vida das pessoas. Obviamente que esse conceito é uma conquista cotidiana que vem se constituindo ao longo da história. Diferentemente do pensamento que defende um sentido evolutivo para os avanços e as conquistas nas políticas públicas e sociais, talvez fosse melhor pensar nesse fenômeno como lugar de tensões e que, apesar das mudanças de longa duração, tem seu sentido constituído por incertezas.

De acordo Muraro e Boff (2002), como categoria de análise, o patriarcado não pode ser entendido apenas como dominação binária macho e fêmea, o que produz relações de gênero altamente conflitivas e desumanas, principalmente para as mulheres, mas também para os homens. Desse modo, compreender que também os/as professores/as e estudantes estão emergindo do patriarcado é fundamental para a superação das desigualdades de gênero.



Fonte: https://bityli.com/e6pB6

A afirmação de Simone Beauvoir (1970) neste contexto refere-se a conceito de gênero (mulher), sem que haja a vinculação ao sexo como uma categoria unicamente biológica, e sim de entendimento do gênero como uma construção histórica, social e, sobretudo, política que associa as mulheres a determinados serviços (doméstico, cuidado etc) mais que outros não é devido a sua natureza biológica, mas a uma construção cultural que foi sendo naturalizada de tal sorte que sequer as mulheres a percebem.

Nenhum direito conquistado pode ser pensado como algo fixo e certo. Exemplo disso são alguns retrocessos vividos no campo dos direitos trabalhistas que, não raramente, são defendidos e assentados nas leis. Outro exemplo, são as ressignificações históricas como chama a atenção Silva (2019) com o que vem ocorrendo com os/as trabalhadores/as estrangeiros/as (haitianos/as, africanos/as, colombianos/as, dentre outros/as) que ao chegarem ao Brasil, em busca de emprego[7] tem que se submeter a uma avaliação da compleição física para uma possível contratação. Essa avaliação, no Acre, tem ocorrido por meio da verificação da largura do tornozelo. Sendo o tornozelo fino, o/a trabalhador/a é considerado/a bom/boa de trabalho, pessoa que suporta a dureza das atividades e produz mais.



[7]Notícia disponível em: http://www.publico.pt/mundo/noticia/e-dureza-ser-imigrante-de-segunda-no-eldorado-brasileiro-1674057?page=-1. Acesso em: 24 mar. 2015.



Essa metodologia era adotada pelos senhores de “escravos”[8] no Brasil Colônia. Ademais é comum ouvirmos notícias de pessoas vivendo em condição análoga à de escravidão, mulheres sendo assassinadas, pessoas negras sendo assassinadas por motivos de racismo. Situações como essas sugerem que os direitos humanos conquistados estão sob ameaça constante dependendo da conjuntura que se materializa em determinado tempo e espaço.



Constituído nessa complexidade histórica, o reconhecimento do direito à vida é legitimado como um eixo principal na medida que sem esse direito todos os demais acabam perdendo o sentido. Mas, muitos são os direitos que devemos considerar. De maneira didática e em um sentido histórico podemos falar na existência de gerações de direitos humanos.

Conforme Benevides (2000) a primeira geração, está vinculada às conquistas dos direitos civis e das liberdades individuais (direito dos cidadãos se colocarem contra as opressões dos Estados, contra as perseguições políticas e religiosas, etc) e seria fruto das transformações sociais contemporâneas das revoluções burguesas ocorridas no final do século XVIII e durante o século XIX. A segunda geração, surge no início do século XX na esteira das lutas operárias e, portanto, abrange não apenas os indivíduos, mas de maneira fundamental os grupos sociais. Tem suas bases no pensamento socialista ocidental europeu e nas experiências da social-democracia, o que vai consolidar o chamado Estado do Bem-Estar Social (com a garantia de salário justo, de férias, de previdência e seguridade social, além dos direitos de caráter social mais geral, como saúde, educação, habitação, acesso aos bens culturais etc). Segundo Benevides (2000), a terceira dimensão, em complemento às anteriores, inclui os direitos coletivos da humanidade, conhecidos como direitos de solidariedade planetária, como o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade, ao meio ambiente ecologicamente preservado, dentre outros.

[8] O termo escravo entre aspas, pois considero que as pessoas trazidas de África foram escravizadas, portanto não cabe o termo escravo como se isso os constituísse por si mesmos sem uma ação de dominação e exploração dos colonizadores. Nessa linha, minha compreensão é que não são escravos, mas pessoas que foram escravizadas.



Assim, quando falamos em trabalhar com Educação em Direitos Humanos, estamos reafirmando a importância da manutenção e legitimação dessas conquistas históricas e aprofundamento de outras que emergem a partir das relações entre humanos e desses com o planeta. Como afirma Benevides (2000)

> A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

## Movimentos de mulheres e feministas e as conquistas de direitos humanos

A construção social do movimento de mulheres e feministas constitui-se por uma multiplicidade de vertentes e óticas históricas e políticas que não permitem falar de forma unívoca sobre elas. Apesar de toda essa multiplicidade, diversas estudiosas (LOURO, 1997; SAFFIOTI, 2013; MEYER, 2013; MATOS, 2008) têm registrado o movimento feminista fazendo referência às ondas por ele criadas ao longo dos séculos XIX, XX e início do XXI.

Silva (2019) chama a atenção para o fato de que na Europa Ocidental, durante o século XIX, as teorias positivistas de Comte e as teorias evolucionistas de Darwin se tornaram a expressão máxima das ciências sociais e naturais e isso faz ascender a ideia das diferenças sexuais como argumento para enfatizar a inferioridade da mulher. Simone de Beauvoir (1970) no seu livro “O Segundo Sexo” afirma que, ao longo da nossa história:

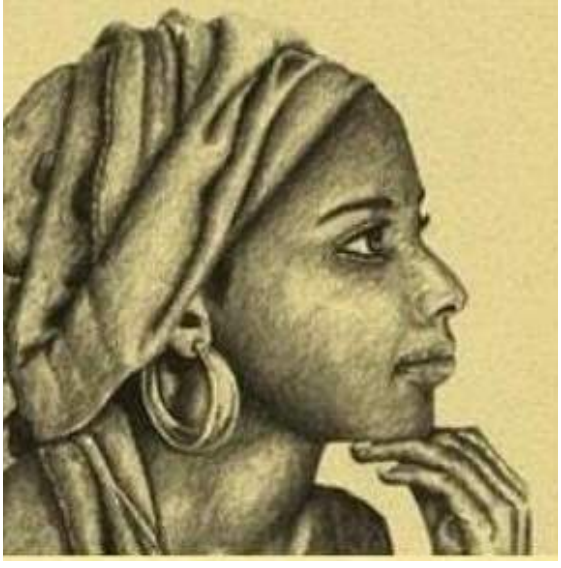


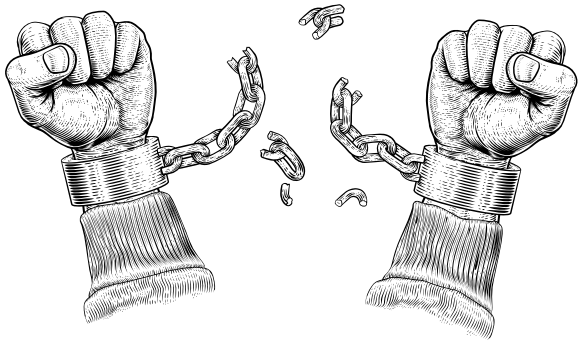
A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". [...] p.18

Assim, falas como "A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades" ou "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural" ditas por Aristóteles, e depois dele, as falas de Sto. Tomás, que decreta que a mulher era um homem incompleto, um ser "ocasional" (Beauvoir, p. 11) são representativas desse antifeminismo. Podemos citar também os médicos que, inspirados no modelo filosófico neoplatônico de Galeno, entendiam a mulher como um homem invertido porque seus órgãos sexuais eram os mesmos dos homens, no entanto, voltados para dentro (a vagina, era o pênis, o útero o escroto, os ovários, os testículos, e a vulva, o prepúcio). Por isso, era considerada inferior pois concebida como a versão imperfeita do homem (COSTA, 2022, p. 1). Assim, é que a concepção do sexo feminino sendo construído como o Outro sexo, como nos chama a atenção Simone de Beauvoir, e inferiorizada ao longo da história.



As mulheres, de muito tomadas como inferiores pela sociedade patriarcal, são ainda mais brutalmente inferiorizadas pela escravização, como o caso das mulheres negras africanas escravizadas. Aliás, é importante destacar que apesar de falarmos do movimento feminista e da primeira onda do feminismo principalmente a partir do início do século XX, as mulheres de todas as raças/etnias já se movimentavam contra as opressões desde muito antes. Exemplo disso, podemos citar as mulheres escravizadas no Brasil como Dandara dos Palmares, Luiza Mahín, Maria Felipa, Tereza de Benguela, Zacimba Gaba dentre tantas outras que lutaram pela libertação de seu povo e das mulheres negras.





## Conheça as principais características das ondas do movimento feminista



**PRIMEIRA ONDA:** relacionada ao crescimento do movimento liberal ocorrido após a Revolução Francesa, tendo sua expressão maior na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha. A luta feminina durante essa onda buscava a derrubada de obstáculos legais à igualdade, a afirmação do direito fundamental e democrático da igualdade política entre os sexos, o direito ao voto, a igualdade de direitos civis e o direito à educação. Conforme salienta Mayer (2013), nesse período é possível identificar os feminismos (de cunho liberal, socialista e anarquista) que lutavam pela criação de sindicatos e por melhores condições de trabalho e também pelo direito de decisão sobre o próprio corpo e sexualidade. Importante destacar também na primeira onda a denúncia da opressão patriarcal à mulher.

**Nísia Floresta**, autora de **"Direitos das mulheres e injustiça dos homens"** (1832) e considerada precursora do feminismo no Brasil, e **Berta Lutz**, criadora da **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino** em 1922, figuram como importantes nomes vinculados à essa primeira onda.

Em 1827 a mulher conquista o direito à educação primária, ainda que dependente da autorização do pai ou marido. Em 1879, essa conquista se estende ao ensino superior. E mais adiante, em 1932, o direito ao voto, oficializado por Getúlio Vargas.

Esse período da primeira onda foi palco de conquistas importantes, mas também foi um tempo de muitos ataques ao feminismo, como se pode ver nos cartazes[9] produzidos no início do século XX:




Fonte: https://jornalggn.com.br/historia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932/

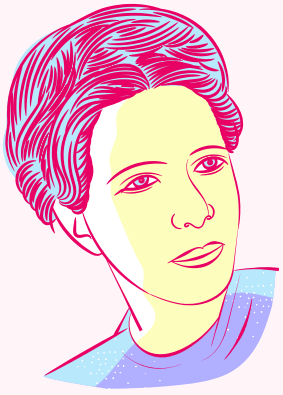
[9] Na primeira imagem pode-se ler: Ninguém me ama, acho que vou ser sufragete. Na segunda imagem, leia-se: Origem e desenvolvimento de uma sufragete; aos 15 anos uma bonequinha, aos 20 uma mulher atraente (pronta para namorar), aos 40 não casou ainda; aos 50 uma sufragete. Na terceira imagem: eu quero votar mas minha mulher não me deixa.




Fonte: https://www.comunicaquemuda.com.br/o-perigo-do-sufragio/. Acesso em: 13 fev. 2022.

Essas imagens, depois de mais de um século ainda rondam o imaginário social. Não raro se vincula a imagem das feministas com mulheres feias, raivosas, solteironas, mal-amadas e cheias de mimimi.

**SEGUNDA ONDA:** surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionada por intensos movimentos contestatórios que emergiram na Europa e que culminaram nas manifestações do histórico maio de 1968, na França. As feministas dessa onda postulavam pela valorização das diferenças entre homens e mulheres de forma que a experiência feminina não fosse negligenciada e ganhasse visibilidade. Nos Estados Unidos, elas denunciavam a opressão masculina e buscavam a igualdade; a segunda onda do feminismo ampliou o debate para questões como a sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos (como uso de anticoncepcionais) e desigualdades de fato e desigualdades legais.



**"Não se nasce mulher, torna-se mulher"**

O momento da segunda onda foi fortemente inspirado pela publicação do livro **"O segundo sexo (1970) "** no qual **Simone[10] de Beauvoir** afirmava que **"Não se nasce mulher, torna-se mulher"**. Essa perspectiva foi fundamental para a percepção de que a constituição da mulher não estaria vinculada a sua condição biológica. Nesse contexto, em meados dos anos de 1970, o conceito de gênero surgiu e disseminou-se nas ciências de forma mais potente a partir da década de 1980.

[10]Beauvoir (1970, p. 123), titular do feminismo existencialista, na obra O segundo sexo, afirma que "[...] o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos", contrapondo-se, assim, à ideia defendida por Engels da existência do matriarcado em dado momento da história da humanidade.

Segundo Silva (2019), no Brasil a segunda onda do feminismo se depara com um momento de crise da democracia, quando por meio de um golpe militar se instalou no país a Ditadura Militar, em meados da década de 1960; a partir disso surgiram ONGs especializadas na discussão das questões das mulheres e consequente profissionalização do movimento feminista, bem como da ampliação dos estudos de gênero. Surge uma nova concepção de justiça: a justiça de gênero, que preconizava que não se poderia limitar a igualdade de gênero à distribuição econômica dos bens sociais. Ao contrário, deveria atingir os valores sexistas e androcêntricos disseminados na dinâmica das instituições (públicas e privadas) e nas relações intersubjetivas (SORJ, 2004). O pessoal, nessa nova perspectiva, passa a ser visto também como político. O que acontece na vida privada não pode ser compreendido à luz do privado apenas. Assim, a segunda onda é marcada pelas lutas sociais pelos direitos à cidadania igualitária, respeitada a diferença.

Nessa década foram criados os primeiros **Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres** (GRAÇA; MALAGUTTI; VIEIRA, 2010) e o **Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Em 1985, foi criado o **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher** (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça[11], para promover políticas que visassem a eliminar a discriminação contra a mulher e a assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.



**TERCEIRA ONDA:** A emergência da terceira onda foi alavancada pela publicação da obra estadunidense ***Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade***[12] da autora **Judith Butler**, em 1990. O livro chama a atenção para o fato de que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, portanto, a discussão de gênero não poderia prescindir de outras discussões com recortes de classe e raça. Como exemplo, a autora cita as mulheres negras e pobres para quem jamais foi uma reivindicação trabalhar fora sem a autorização do marido (BUTLER, 2003; CHAMBOULEYRON, 2011). Então, as feministas deveriam abdicar de uma explicação universal (fundamentalmente branca e ocidental) sobre a dominação da mulher. Conforme Narvaz e Koller (2006, p. 649), "[...] o desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina".

**QUARTA ONDA:** é caracterizada pelo chamado ciberativismo feminista desde fins dos anos 1980 e mais fortemente a partir da década de 1990. A quarta onda é compreendida principalmente pela ascensão do uso das redes sociais como potências nas ações dos movimentos que são capazes de viralizar suas discussões em tempo recorde. As redes se tornaram espaços de denúncia coletiva de violências, de convocação para movimentos de rua, de reuniões com grupos de diferentes lugares do país, quiçá do mundo; elas têm o poder de tornar uma luta local um fenômeno global.

[11] Do ano de 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas.

[12] A publicação de seu livro gerou um intenso debate com as estudiosas de gênero Seyla Benhabib e Nancy Fraser, em torno da concepção de crítica feminista. Para aprofundamento sobre esse debate sugerimos buscar CHAMBOULEYRON (2011) nas referências.

Conforme Perez e Ricoldi (2019, p. 8), a quarta onda do feminismo brasileiro tem como principais características:

a) a desinstitucionalização, ou seja, uma menor presença do feminismo em instituições estatais, em ONGs ou em entidades de movimento social, ao mesmo tempo que um envolvimento maior com a sociedade civil, com grande influência das redes sociais;

b) horizontalidade, ou seja, menos hierarquias e mais autonomia das ativistas;

c) organização em grupos e coletivos em redes sociais e coletivos de faculdade, por exemplo;

d) o retorno às ruas tendo em vista que nas segunda e terceira ondas respectivamente, os debates feministas passaram a se dedicar a formulação acadêmica e ocupar espaços as instituições governamentais.

e) caráter interseccional, ou seja, articulam a opressão de gênero a outras opressões como a LGBTfobia, o racismo, o capacitismo, a gordofobia etc.;

f) a divisão e disputa entre vertentes, ou seja, nem sempre concordam nos valores e estratégias políticas.

g) caráter transnacional, que é influenciado diretamente pelo uso dos sites de rede social.



> Apesar da construção teórica realizada anteriormente, as ondas do feminismo não devem ser tomadas de forma linear, pois as concepções de cada "fase" do feminismo coexistem ou são parcialmente apropriadas pelos/as estudiosos/as de gênero e ademais ocorrem em momentos diferenciados a considerar os territórios.



# Gênero: uma construção histórica

Os estudos de gênero vão ganhar visibilidade entre as décadas de 1970 e 1980 como uma forma de interpretar os saberes[13] que são construídos socialmente com base nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Sabemos que conforme os interesses em disputa em cada sociedade e época, são realizadas delimitações sobre os comportamentos desejáveis ou não em uma mulher e que isso implica diretamente nas possibilidades ou não de acessar os bens materiais e culturais produzidos pela humanidade como o direito à educação, ao trabalho, a saúde reprodutiva, a sexualidade etc. Ou seja, o que podem ou não fazer as mulheres não está vinculado a sua natureza. O fato de mulheres nascerem com um órgão genital de fêmea, não é o que faz com que sejam vistas como aquelas destinadas ao trabalho doméstico. Pelo menos não deveria ser assim. No entanto, vimos que muitos dos papéis que as mulheres assumem ou das suas formas de agir no mundo e de se relacionarem são fruto dessa vinculação com a natureza. Essa naturalização cria a ideia da existência de uma essência feminina eterna.





A formulação do conceito de gênero, nesse sentido, tem o intuito de desvincular o sexo como uma categoria unicamente biológica, e de entendimento do gênero como uma construção histórica, social e, sobretudo, política. Grosso modo, de dizer que o fato de as mulheres serem vinculadas a determinados serviços (doméstico, cuidado etc) mais que outros não é devido a sua natureza biológica, mas a uma construção cultural que foi sendo naturalizada de tal sorte que sequer as mulheres a percebem.

> Piscitelli (2009) evidencia que o termo gênero foi elaborado por pensadoras feministas "[...] precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, [...] e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças" (p. 121).



[13] Portanto, gênero é compreendido como uma categoria de análise e uma metodologia.

A estudiosa Joan Scott foi muito importante para que o conceito de gênero chegasse até a Academia e ao movimento feminista. O texto intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986, foi um marco nesse sentido. Nesse artigo, Joan Scott (1995) apresenta o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. Na perspectiva da autora há uma relação inseparável entre saber e poder, logo analisa que o gênero é a primeira forma de dar sentido às relações de poder. A partir daí, articula duas proposições importantes em sua teoria: uma que inclui as diferenças percebidas entre os sexos que seriam as bases das relações sociais; e a outra na qual o gênero aparece como uma maneira primária de significar as relações de poder.

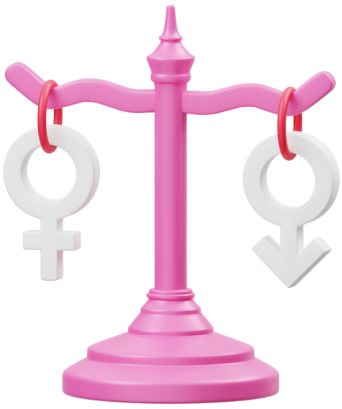


**Joan Scott**

Fonte: https://bityli.com/Hrr7o

Também nesse artigo, a autora apresenta gênero como uma categoria relacional. Para ela, mulheres e homens só podem ser definidos em reciprocidade e a compreensão de que um não pode prescindir da compreensão do outro. Uma das proposições de maior importância em sua teoria é que a autora “[...] rejeita as justificativas biológicas para a subordinação das mulheres e adota o conceito de gênero como forma de indicar o caráter das construções sociais presentes nas relações de gênero” (SILVA, 2019, p. 75).

O conceito de gênero foi sendo incorporado e apropriado de maneiras distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias. Segundo Marlise Matos (2008, p. 337),



No mesmo compasso dos avanços empreendidos pelo movimento feminista, numa primeira visada e tentando substituir a categoria analítica dos “estudos de mulher” ou os “estudos feministas”, gênero pretendia tornar explícita tal subordinação feminina e acompanhar o movimento no sentido da busca da igualdade no exercício dos direitos e das oportunidades, mas destacando a importância do contrapeso relacional de tais interações dinâmicas: incluindo na visada o ponto de vista do(s) masculino(s), bem como outros pontos de vista que não fossem definíveis pelo binarismo estrito entre masculinidades e feminilidades ou mesmo entre homem e mulher.

O conceito de gênero nos anos 1995 foi apropriado pelas Nações Unidas, especificamente em relação à igualdade de gênero, e pode ser estendido para as demais categorias sociais (raça/etnia e de classe social etc.), conforme segue:




Igualdade de gênero refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens e meninos e meninas. Igualdade não significa que homens e mulheres tornem-se iguais, mas que os direitos, as responsabilidades e as oportunidades de mulheres e homens não dependem do fato de nascerem macho ou fêmea. Igualdade de gênero implica que os interesses, necessidades e prioridades de homens e mulheres são tidos em conta, reconhecendo a diversidade de diferentes grupos de homens e mulheres. Igualdade entre os sexos não é um assunto das mulheres, mas deve ser preocupação e envolver totalmente tanto os homens como as mulheres. Igualdade entre homens e mulheres é vista como uma questão de Direitos Humanos e como uma condição prévia para, e indicador de um desenvolvimento sustentável centrado em pessoas (ONU, 1995; tradução SILVA, 2019).

Considerando essas dicussões o estado do Espírito Santo inseriu no documento curricular gênero como temática integradora, reafirmando assim, que o respeito às diferenças é fundamental para a formação humana e que deve ser debatido nas escolas. A perspectiva, nesse sentido, é de desconstrução e desnaturalização de preconceitos e discriminações que atravessam as relações humanas travadas na sociedade e no ambiente escolar. E também de exercitar novas formas de lidar com a alteridade (com o/a outro/a). A educação escolar é um espaço tempo privilegiado para que o exercício da criticidade, do diálogo com as diversas culturas, da compreensão das diferenças e possibilidade do comum, e do fortalecimento da igualdade de direitos entre humanos.






# Violência contra as mulheres



Vimos ao longo do texto como as mulheres sofrem cotidianamente violências as mais diversas, seja em relação às disparidades salariais no trabalho, seja nas relações na escola, seja no trabalho doméstico, enfim na vida. Nesse momento do caderno te convidamos a pensar de forma mais detida sobre essa temática e a fazer uma reflexão a partir de suas experiências de vida e de professor/a observando mais especificamente sobre como as violências são estruturadas e estruturantes do patriarcado no sentido de manutenção das relações de inferioridade, dominação e exploração das meninas e mulheres.

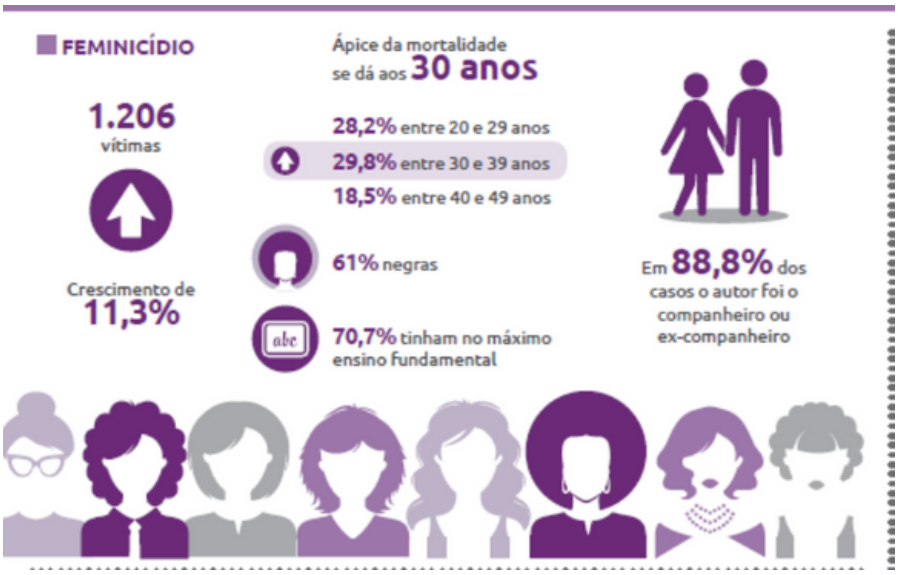
É notório que desde a instituição do dia 25 de novembro como o dia Internacional de luta contra a violência às mulheres, pelas participantes do I Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, ocorrido em 1981 na Colômbia, muito tem se conseguido debater sobre essa temática tão necessária para o empoderamento[14] das mulheres como pessoas com direitos humanos em pé de igualdade aos dos homens.




Os diferentes tipos de violência podem ocorrer tanto na vida privada como na pública. No que se refere ao espaço físico, estas se manifestam como violência doméstica, sofrida pela mulher dentro do lar ou espaço simbólico que o represente, a violência no trabalho, em que o agressor é um homem que usa de sua relação de poder hierárquico para obrigar a funcionária a manter com ele relações que não deseja e a violência institucional, praticada nos órgãos públicos que, com posturas de omissão, perpetuam a discriminação e a violência contra as mulheres.

[14]Empoderamento feminino é o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, como a total igualdade entre os gêneros, por exemplo. Também conhecido como “empoderamento das mulheres”, esta ação consiste no posicionamento das mulheres em todos os campos sociais, políticos e econômicos (POLÍTICA E CIDADANIA, 2022).

A imagem abaixo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2019 demonstra como as violências têm se apresentado no Brasil:




Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Quanto à autoria da violência, 88,8 % dos agressores são companheiros ou ex-companheiros das vítimas, 9,4% tem outro vínculo, 1,3% são cometidos por parentes e 0,5% por conhecidos que não se enquadram nas categorias acima. (PEREIRA; BUENO, BOHNENBERGER; SOBRAL, 2019).

É muito comum o menosprezo a questão da violência contra a mulher, como se essa fosse uma criação exagerada das feministas e militantes da área. No entanto, as estatísticas nacionais e internacionais dão conta de explicitar o quanto a violência às mulheres ainda acontece em proporções exorbitantes e em diferentes anos:

- O índice de violência contra as mulheres que integram a população economicamente ativa (52,2%) é quase duas vezes maior do que a taxa de violência doméstica entre aquelas que não estão no mercado de trabalho (de 24,9%) (PORTO, PAIVA, 2020);

- Os casos de feminicídio de 2020 (entre março e abril) cresceram 22,2%, em 12 estados brasileiros, em relação ao ano anterior (ANDRADE,2020);

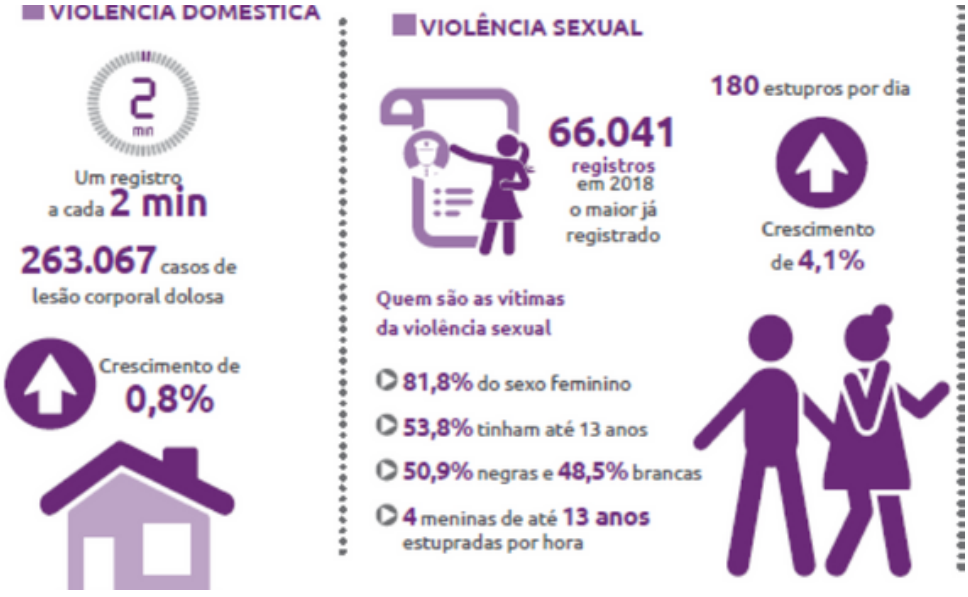
- 68% das mulheres assassinadas no Brasil em 2018 eram negras (Atlas da Violência, 2020);

- entre 2008 e 2018 o número de homicídios entre mulheres negras aumentou 12,4% e diminuiu em 11,7% em relação às mulheres brancas (Atlas da Violência 2020)

-mulheres negras têm 50% menos de chance que mulheres brancas de receber analgesia durante o parto, além de terem menos acompanhamento no pré-natal. https://apublica.org/2020/03/nasmaternidades-a-dor-tambem-tem-cor/;



Em 2018, houve 66.041 registros de estupro no Brasil. Esse é o maior número já registrado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em setembro de 2019. Houve um crescimento de 4,1% nestes casos em comparação com o ano anterior. No total, houve uma média de 180 estupros por dia. Outro dado alarmante destacado no relatório é que quatro meninas de até 13 anos foram estupradas por hora no país, em 2018. Em 81,8% dos casos de estupro registrados, a vítima era do sexo feminino, 53,8% tinham até 13 anos de idade e 50,9% eram negras. Ainda, em 93,2% dos crimes o estupro foi cometido por um único autor e em 96,3% dos casos ele era do sexo masculino. Alguns dados tratados de forma mais específica podem ser observados na imagem a seguir.




Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Certamente ainda estamos longe de garantir às mulheres condições reais e materiais de segurança, mas o debate em torno do tema muito tem contribuído não somente para tornar público um tema até hoje tido como privado, de responsabilidade da família sob a égide do ditado popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, mas também para conscientizar as próprias mulheres do fato destas terem o direito a uma vida sem violência.



A Lei 11.340 publicada em 7 de agosto de 2006, chamada Lei Maria da Penha, aparece, nesse contexto, como um importante instrumento contra a naturalização da violência doméstica. O nome da lei tem como referência a Maria da Penha Maia Fernandes, que após sofrer dois ataques realizados pelo seu próprio marido, sendo que em razão de um deles ela se tornou paraplégica, teve que conviver por quase vinte anos com a impunidade em relação ao seu marido. Quando finalmente o mesmo foi punido. A história de Maria da Penha é a história de centenas de milhares de Marias Brasil e mundo afora.

A repercussão do caso de Maria da Penha foi de tamanha grandeza, que fruto de lutas de feministas brasileiras e de movimento de mulheres o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Diante disso, o Brasil foi condenado internacionalmente, pela omissão no caso, a pagar uma indenização para Maria da Penha e foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica e finalmente cumpriu as convenções e tratados internacionais do qual é signatário, criando em 2006 a Lei Maria da Penha para que fosse coibido qualquer tipo de violência contra a mulher no âmbito doméstico.

As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são definidas no artº 7 da Lei Maria da Penha:







São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

**I -** a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
**II -** a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
**III –** a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
**IV -** a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
**V -** a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

É interessante destacar que a Lei Maria da Penha teve um caminho bem diferente das demais leis, pois essa foi uma proposição de feministas e dos movimentos de mulheres do Brasil e somente após esse movimento é que foi parar no Congresso e, então, aperfeiçoada. Talvez por isso ela também se configure diferentemente, já que ela trouxe para o direito brasileiro uma forma não apenas de buscar uma punição para os agressores, mas também proporcionar meios de proteção e de assistência para zelar pelos direitos humanos das mulheres. É uma lei que visa à educação e promoção de políticas públicas e assistenciais para as partes envolvidas (CHALUB, 2012).

Com a criação da lei houve um avanço muito grande no âmbito de resguardar as mulheres. Seus benefícios foram muito significativos. Um dos avanços foi a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que cuida de forma mais séria e célere os casos de violência doméstica. Outro grande avanço foi a possibilidade de as vítimas requererem medidas protetivas de urgência, que é o caso de afastamento do lar, proibição de o agressor se aproximar da vítima, entre outros. Tais medidas buscam assegurar a manutenção da integridade física, sexual, moral, psicológica e patrimonial da mulher.




Também na educação escolar a Lei Maria da Penha trouxe alguns avanços como nas diretrizes presentes no art. 8, Inciso VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; e no inciso IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Corroborando com esta lei também foram instituídas outras que caminham nesse mesmo sentido: a prevenção e combate as violências contra meninas e mulheres no ambiente escolar:

- Lei Estadual nº 11.147/2020: Define a obrigatoriedade de Notificação Compulsória dos eventos de violência de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS à autoridade sanitária estadual, por todos os profissionais dos serviços de saúde, instituição de ensino e assistência social, de caráter público, privado ou filantrópico, em todo o território do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 14.164/2021: que inclui a prevenção à violência contra a mulher no currículo escolar e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que será celebrada todos os anos no mês de março.

# CONCLUSÃO

Não se pode negar que os diversos movimentos que buscam dar visibilidade a terrível realidade aqui apresentada muito têm contribuído para melhorar a situação, mas é preciso que o poder público entenda que a violência contra as mulheres é também um problema de saúde e segurança pública. Horizonte político mais amplo, a intenção é que as mulheres tornem-se donas de suas próprias histórias e as relações de opressão e subordinação sejam superadas.

É nesse sentido que a escola tem a contribuir: a formação de crianças, jovens e adultos, capazes de conceber a violência contra as mulheres como uma questão de direitos humanos. A escola pode ser uma excelente parceira no processo de formação de homens e mulheres (com identidades de gênero e orientações sexuais diversas) que se reconheçam como elemento fundamental na luta contra a violência. É preciso que tantas vezes quanto for necessário as nossas colheres se metam nas brigas de marido e mulher e nas violências de gênero para que assim possamos ajudar na construção de um mundo menos sexista, mais solidário entre homens e mulheres de todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

Essa previsão tem relação com o fato de sabermos que a cultura patriarcal é incorporada por todos/as, na acepção de Bourdieu como um arbitrário cultural. Ou seja, um princípio simbólico arbitrário, uma violência, que se assenta numa realidade dada como natural, mas que de fato ela é criada sócio histórico e culturalmente. Assim, a afirmação de que o serviço doméstico e o cuidado dos/as filhos/as cabem à mulher por que elas são mulheres, ou seja, que por sua condição de fêmea ela deve assumir essas tarefas, é uma forma de violência. É arbitrária pois tanto homens como mulheres têm características corporais/naturais que permitem que ambos façam essas tarefas.

Essas nuances da violência precisam ser conhecidas por todos/as os/as atores/as da escola, pois interferem diretamente no exercício da ação pedagógica escolar. Isso ocorre tanto quando a vítima da violência é um/a professor/a quanto quando a vítima é um/a estudante. A escola não pode se abster sobre essa realidade que vitima tantas pessoas todos os dias.

# REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. *Relações de gênero nos cotidianos escolares:* a escolarização na manutenção/transformação da opressão sexista. Contagem: Santa Clara, 2007.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo.* Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENEVIDES, M. V. *Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos*, São Paulo, 18/02/2000.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas.* 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coibe a violência doméstica e familiar contra amulher. Presidência da República. 2006

BUENO, S.; MARQUES,D.; PACHECO, D.; NASCIMENTO, T. *Análise da letalidade policial no Brasil.* In: FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br. Acesso em 20 de fev. 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALUB, L. de P. *A referência da lei maria da penha nos tribunais.* Trabalho de Conclusão de curso. Brasília 2012. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Disponível em:https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4303/1/Lucas%20de%20Pinho%20Chalub%20RA%2020810310.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

CHAMBOULEYRON, I. C. *Feminismo, sexualidade e justiça no debate entre Judith Butler e Nancy Fraser.* Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=191&limit=50&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=171>. Acesso em: 25 jul. 2015.

COSTA, J. F. O sexo segundo Laqueur. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200105.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Currículo ES 2020: Volume II e III. Vitória: SEDU, 2020. Disponível em: http//curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/documentos/. Acesso em: 24 ago. 2022.

FREITAS, M. V. P. *Trabalho infantil doméstico feminino: o perigo dentro e fora de casa.* Anais ... XVI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e XII Mostra Internacional de Trabalhos Científicos. 2019. Disponível em: dehttps://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/19620/1192612335 . Acesso em: 19 de fev. 2022.

GARCIA, C. *O perigo do trabalho infantil doméstico dentro e fora de casa.* Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/o-perigo-trabalho-infantil-domestico-dentro-e-fora-de-casa. Acesso em: 19 fev. 2022.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação:* uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MATOS, M. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEYER, D. E. *Gênero e educação: teoria e política.* In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORGADE, G. *Relações de gênero no trabalho docente cotidiano:* obstáculos à cidadania participativa que permanecem invisíveis. In: AZEVEDO, J. C.; et al. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.

MURARO, R. M.; BOFF, L. *Feminino e masculino.* uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

PEREIRA; C; BUENO, S.; BOHNENBERGER, M.; SOBRAL, I. *Feminicídios no Brasil.* In: FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br. Acesso em 20 de fev. 2022.

PISCITELLI, A. *Gênero:* a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. *Trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil.* Revista Plan International Brasil. 14. ed. 2016. Disponível em: https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/03/revista_planinternationalbrasil_14.pdf.. Acesso em: 19 fev. 2022.

POLÍTICA E CIDADANIA. *O que é o Empoderamento feminino.* Disponível em: https://bityli.com/60nMZm

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. W. *Gênero:* uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, E.M da; FERREIRA, E. B. *Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola.* Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, p. 200-235, 2019. Disponível em: https://bityli.com/uI9JwP



# COMO PODEMOS TRABALHAR ESSE TEMA EM SALA DE AULA?

Este Caderno Metodológico objetiva, com afinco, aumentar efetivamente o envolvimento dos estudantes com as atividades desenvolvidas na escola e facilitar a expressividade e a sociabilidade entre os estudantes.

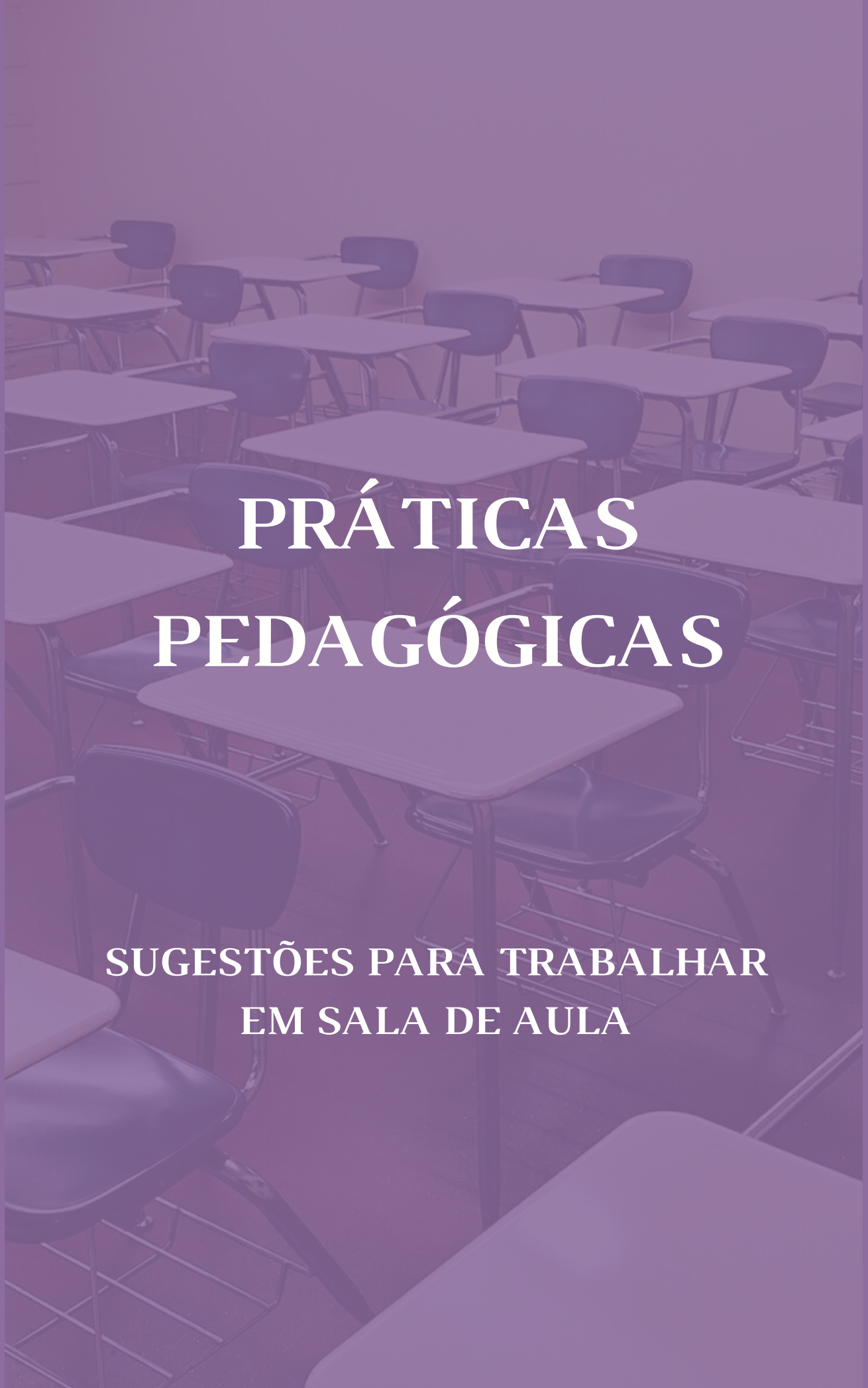


A proposta é que as atividades envolvam os estudantes e promovam a reflexão individual e coletiva. A experiência com iniciativas de prevenção às violências contra as mulheres com o público infanto-juvenil mostra que programas alicerçados na transmissão de conhecimento, com foco na informação para a mudança de comportamento, têm pouco efeito comprovado. A prevenção é uma conquista a ser realizada conjuntamente e não imposta (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b), por isso, a informação trabalhada deve ser discutida de forma crítica e estar alinhada com estratégias para promoção de habilidades de vida, hábitos saudáveis, de pensamento crítico e de afirmação da cidadania.

Compreende-se que as escolas não detêm em si todas as ferramentas necessárias a impedir que os seus estudantes se envolvam em situações de violência e não se pretende com esse Caderno depositar a sobrecarga dessa responsabilidade sobre os educadores. O que se pretende é contribuir na identificação de ferramentas que potencializem o papel do educador como agente facilitador de transformações, por ser uma referência para a construção da identidade de crianças e jovens e da participação crítica. O educador deve favorecer a consciência crítica dos estudantes e a reflexão sobre qual projeto de vida eles têm para si e para o mundo e como suas escolhas podem conduzi-lo nesse sentido (BRASIL, 2017b).




Entre os estudantes do Ensino Fundamental e Médio, as estratégias de prevenção devem atuar com medidas que permitam fortalecer a capacidade de tomada de decisão, criar relações de confiança que facilite com que se peça ajuda, desenvolver habilidades de vida que os permitam identificar e avaliar criticamente as situações de risco vivenciadas.



# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

## SUGESTÕES PARA TRABALHAR EM SALA DE AULA



# Convivendo em igualdade: Viva a Cor, Viva o amor, Viva as diferenças



**Autoras:**
**Carla Priscila Wendler e Polyana Bromenschenkel da Silva**

**Etapa: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio**

**Componentes curriculares:**
Arte, Geografia, História e Projeto de Vida

## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.

**2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades.

**4. Comunicação:** Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

**10. Responsabilidade e Cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## Temas Integradores

**TI06:** Educação em Direitos Humanos.
**TI07:** Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
**TI08:** Saúde. Vida Familiar e Social.
**TI11:** Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.
**TI15:** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade.



## Objetos de conhecimento



**História:** O sentido da colonização no mundo contemporâneo. Resistências cotidianas: movimentos sociais. Gênero e sexualidade.

**Geografia:** Cultura: identidades, modificações, conquistas e a globalização.

**Arte:** Linguagens artísticas e processos de criação (pintura, desenho, escultura, gravura, instalações artísticas, fotografias, vídeos, cerâmica e outras)

## Habilidades

**EF69AR01-08/ES** Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em que se identifiquem as lutas ideológicas, sociais e políticas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diversos contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético, possibilitando sua compreensão e ressignificação.

**EF07HI10/ES** Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial, evidenciando o papel das mulheres, hierarquizado conforme sua origem étnica, no projeto colonizador.



**EF09HI023/ES** Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. Considerando outros documentos e marcos legais posteriores que caminham na mesma direção, criando mecanismos (gráficos, tabelas e linhas temporais) que materializem os avanços, transformações, perspectivas defuturo e lutas no presente referente à superação do racismo e outras formas de preconceito (institucional, ambiental, étnico, religioso, sexual, alimentar, entre outros) e a eliminação de toda e qualquer forma depreconceito e discriminação.

**EF09HI024/ES** Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos na comunidade em que está inserido.

**EF08GE06/ES** Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos, identificando e avaliando criticamente o papel das organizações internacionais em relação às realidades da América e da África.

**EF06HI02/ES** Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas. Compreendendo que as variadas fontes históricas assumem um papel fundamental para análises de comportamento e organização social em distintas temporalidades



**EF07GE03/ES** Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades, compreendendo as características sócio espaciais e identitárias desses povos e demais grupos sociais do campo e da cidade que possuem territorialidades distintas.



## Habilidades Adicionadas

**EM13CNT207** Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

**EM13CNT305** Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.



**OBJETIVOS**

- Reconhecer os valores e as diferenças pessoais (físicas e culturais), com a finalidade de ampliar o debate acerca da diversidade de gênero, das questões raciais e da violência doméstica.
- Identificar as demandas pessoais e grupais que estão envolvidas na temática de gênero, das questões raciais e da violência doméstica.
- Analisar as suas próprias características com a finalidade de compreender a sua própria vida na diversidade sociocultural.

## Contextualização/ Problematização

Este projeto está entre as ações permeadas pelo currículo do estado do Espírito Santo, trazendo como aspecto relevante as questões de Gênero, Raça e Diversidade, promovendo o acesso a equidade, e respeito, atendendo também ao:

**Artigo 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:**
*§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares.*



**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Somos um país construído historicamente por uma enorme diversidade cultural, mas que marginaliza as diferentes representações sociais. Vivenciamos incontáveis práticas preconceituosas e discriminatórias sobre alguns grupos como mulheres e afrodescendentes. Reconhecer a diferença é conhecer os estigmas que excluem, marginalizam e criminalizam esses grupos.

De acordo com o estudo publicado pelo World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais) de 2021, o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, sendo que 10% dos mais ricos ganham quase 59% da renda nacional total.

A ONU, em 2016, através das "Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios", coloca as taxas de Feminicídios no Brasil como a quinta maior do mundo, estabelecendo como condição estrutural das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, no qual sexo das vítimas é determinante, a desigualdade estrutural de poder que inferioriza as mulheres aos homens. O Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA), de 2017, revela que a cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71% são negras, desses os jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de morte violenta.

O projeto foi idealizado pensando na perspectiva regional na qual a escola se insere, uma vez que, a região da Grande Flexal é considerada uma das mais vulneráveis da Grande Vitória, o município de Cariacica onde a escola se localiza, em 2020, de acordo com Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) liderou o ranking de violência da Grande Vitória.

O projeto também se justifica pelo entendimento de que, a partir da escola, podemos trilhar direções mais igualitárias, justas e que respeitem as diferentes identidades brasileiras, construindo cidadãos e cidadãs mais ativas na sociedade.



# Sistematização

**Etapa 1- Construção e Diagnósticos.**
A equipe responsável por orientar e estimular o projeto, deverá propor um pré-roteiro de formação para os/as alunos/as participantes, intencionando diagnosticar os fundamentos desses sobre os temas propostos.

Os proponentes deverão então apresentar a proposta, dissertando sobre os temas de Gênero, Raça e Diversidade. Salientando que cada sala do terceiro ano ficará responsável de forma conjunta sobre determinada temática, pesquisando e construindo os resultados. Essa parte do projeto visa destacar a autonomia e protagonismo do estudante e a percepção do próprio sobre a realidade que está inserido.

**Etapa 2- Preparação do Projeto**
No segundo momento, a proposta é aprofundar os conhecimentos, visando a construção de rodas de discussão e introdução de conceitos bases.



Em seguida, os educandos devem ser orientados a iniciar os produtos da proposta. Os/as alunos/as prepararão roteiros de conversa, para produção de palestras, onde eles/as serão os/as palestrantes, de maneira com que, os primeiros e segundos anos possam assistir e dialogar sobre as questões que irão apresentar.

Posteriormente, através de opiniões coletivas, cada sala produzirá uma fonte artística, original, com uma frase que acredite retratar o projeto, esse material será disponibilizado na terceira etapa em banner.

Simultaneamente será concebido um questionário diagnóstico, nas plataformas online, de maneira a incluir as novas tecnologias. As perguntas elaboradas pelos/as alunos/as pretendem diagnosticar, através das respostas dos/as participantes, o quadro analítico da escola sobre os objetos abordados, as respostas serão coletadas de forma anônima após o ciclo de palestras. Esses resultados, além de refletir a forma como o corpo estudantil se percebe, ajudarão a identificar e criar metas para superar as desigualdades.

Essa etapa objetiva destacar a autonomia e protagonismo do estudante e as habilidades socioemocionais, assim como, as relações interpessoais.



**Etapa 3- Resultados e Perspectivas**

Nesse momento do projeto ocorrerá a apresentação dos produtos para a comunidade escolar no formato de banners. Serão disponibilizados os dias e horários que ocorrerão as apresentações para a coordenação escolar, de maneira a organizar as turmas de primeiro e segundo ano para assistirem as palestras. As palestras, assim como os banners, devem ser divulgados para os/as alunos/as nos espaços comuns da escola.

Pode-se antes de iniciar a sessão de palestras, fazer uma breve apresentação do projeto, evidenciando a autonomia e protagonismo dos/as estudantes. Iniciar a apresentação do produto de acordo com o roteiro elaborado pelos terceiros anos, caso solicitado pelos/as educandos, o corpo docente poderá ajudar.

Após a palestra, apresentar o formulário online e pedir para que os/as estudantes que assistem a palestra participem, salientar que é anônimo.

Por fim, executar uma conversa entre os/as docentes e os/as educandos/as participantes, de forma a averiguar como se sentiram, e as críticas e elogios que conseguem estabelecer sobre o projeto. Sua participação, deverá ser feita em um ambiente acolhedor, de maneira a premiar e parabenizar os integrantes.

Os produtos finais serão registrados através de fotografias e vídeos, para que possam inspirar uma continuidade do projeto e novas ações.

**RECURSOS UTILIZADOS**



Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade: - Escola, espaço específico: auditório e biblioteca.

Material necessário: cartolina, tesoura, lápis de cor, canetinha, pincel, durex e cola.

Outros recursos necessários: gráfica e Banner

Meio de comunicação a ser utilizado, caso necessário: projetor, livro, Tv, câmera, computador e mural.

Tempo necessário à realização da atividade: Três semanas e três dias.

**AVALIAÇÃO**



Preconiza-se uma avaliação contínua e processual, utilizando como base as palestras desenvolvidas pelos/as educandos e a elaboração dos formulários.

# Referências

Currículo da Sedu, competências e habilidades. Disponível online em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/material-de-apoio/#Compet%C3%AAncias-e-Habilidades.

Currículo da Sedu, orientações curriculares. Disponível online em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/orientacoescurriculares2022/

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, disponível online em: lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf (senado.leg.br)

O Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) disponível online em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia.

# Material de apoio

Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios, disponível online em diretrizes_feminicidio.pdf (onumulheres.org.br)

FONSECA, M. F. S. et al. *O feminicídio como uma manifestação das relações de poder entre os gêneros.* JURIS-Revista da Faculdade de Direito, v. 28, n. 1, p. 49-66, 2018.

NASCIMENTO, M. do C.; FREITAS, A. P. S. *Desdobramentos contemporâneos dos dispositivos coloniais no extermínio de jovens negros.* In: IV Seminário Internacional Pós-Colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos na América Latina. 2019.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. *Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar.* Fazendo gênero, v. 8, 2008.

RAMALHO, L. da S. Diversidade cultural na escola. Diversidade e Educação, v. 3, n. 6, p. 29-36, 2015.

ZALUAR, A. *Violência e educação.* In: Violência e educação. 1992. p. 136-1



**Livro digital "Raízes: Educação das Relações Étnico-racial"** - faz parte de mais uma ação estratégica da SEDU, por meio da GECIQ e da CEAFRO, destinada à implementação, à consolidação e à institucionalização das Leis n.o 10.639/03 e n.o 11.645/08 no âmbito da Rede Pública Estadual de ensino do Espírito Santo.
Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1yoKQiiAwZ8OUiFF3hWT8M9L0yk9Jd7ku/view

**Livro digital "Educação para as Relações Étnico-Raciais e Modalidades Indígena e Quilombola"** - faz parte de mais uma ação estratégica da SEDU, por meio da GECIQ e da CEAFRO, destinada à implementação, à consolidação e à institucionalização das Leis n.o 10.639/03 e n.o 11.645/08 no âmbito da Rede Pública Estadual de ensino do Espírito Santo e para o fortalecimento das modalidades da Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.
Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1p5Sv9j96O3GKdxWLs58PrLzT9zwnlj4Z/view

Espírito Santo (Estado). Secretaria da Educação. **Caderno orientador para a educação das relações étnico-raciais no Espírito Santo /** Gerência de Educação do Campo Indígena e Quilombola (GECIQ) da Secretaria de Estado da Educação. Vitória, ES: A Secretaria, 2023.

Disponível em:
https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/relacoesetnicoraciais/



# "Viveram felizes para sempre?": desconstruindo estereótipos de gênero e refletindo sobre a vida real para além do "país das maravilhas"



Autora
Camila Dalvi Venturim

## Etapa: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

### Componentes curriculares:
Arte, Língua Portuguesa, Filosofia e Sociologia

## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**4. Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

**8. Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

**9. Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

| | |
|---|---|
| **Temas Integradores** | **TI06** - Educação em Direitos Humanos<br>**TI07-** Educação para as relações étnico- raciais e ensino de História e Cultura Afro- brasileira, Africana e Indígena.<br>**TI15** – Gênero, sexualidade, poder e sociedade |
| **Objetos de Conhecimento**  | - **Língua Portuguesa:** Construção da textualidade; Relação entre textos;<br>- **Filosofia:** Ser humano: sensibilidade, existência e temporalidade.<br>- **Sociologia:** Dinâmicas Sociais e Políticas.<br>-**Arte:** Sistemas da linguagem; Elementos da linguagem; Contextos e práticas. |

## Habilidades

**EM13CHS101** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

**EM13CHS102** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

**EM13LP04** Estabelecer relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar, sustentar e conferir consistência a posicionamentos e para construir e corroborar explicações e relatos, fazendo uso de citações e paráfrases devidamente marcadas.

**EM13LP05** Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.

**EM13LP41** Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, comparando diferentes enfoques e perspectivas, por meio do uso de ferramentas de curadoria de informação (como agregadores de conteúdo) e da consulta a serviços e fontes de checagem e curadoria de informação, de forma a aprofundar o entendimento sobre um determinado fato ou questão, identificar o enfoque preponderante da mídia e manter-se implicado, de forma crítica, com os fatos e as questões que afetam a coletividade.

**EM13CHS101SOC/ES** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias sociológicas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, interpretando e analisando conceitos sociológicos acerca de senso comum, conhecimento científico, entendendo a sociedade e seu espaço, analisando o meio urbano e campesino para compreender a segregação social e seus impactos no meio ambiente.

**EM13LP42** Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, gifs, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.



## Habilidades Adicionadas

**EM13CNT207** Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

**EM13CNT305** Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

**EF69AR03-09/ES** Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos etc.), cenográficas, coreográficas, musicais etc, pesquisando sobre as novas relações entre arte, tecnologia e ciências.

**EM13LGG102** Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

## Objetivos



- Promover a compreensão sobre os conceitos de gênero e violência de gênero refletindo sobre as desigualdades de gênero;
- Contribuir com a reflexão sobre a maneira como a masculinidade normativa e as desigualdades de gênero afetam o desenvolvimento e as possibilidades de vida de cada indivíduo;
- ·Desnaturalizar diferentes formas de violências encontradas ao longo da socialização dos sujeitos;
- Analisar diferentes gêneros textuais e materiais audiovisuais (filmes) compreendendo o impacto dessas produções na construção das subjetividades.



## Contextualização/Problemática

A escola é um locus privilegiado para reprodução de papéis de gênero e modelos de sexualidade que se iniciam desde a mais tenra infância. Junto com ela, outros agentes de socialização contribuem para a criação de papéis de gênero esperados para cada sujeito sendo ele homem ou mulher. A mídia tem papel importantíssimo nessa criação e, neste sentido, filmes e produções textuais operam desde a infância na definição desses estereótipos. A Disney ajudou na criação de um determinado protótipo de beleza, mas também colaborou nesse protótipo de comportamentos esperados das meninas (princesas). Submissas, ingênuas, dóceis, dependentes, silenciosas. Foram várias as tecnologias de gênero (MONTEIRO; ZANELLO, 2015) apresentadas ao longo do processo de socialização de toda uma geração.

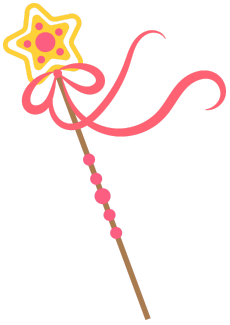
Para além da reprodução, a escola também opera/pode operar como um espaço de desconstrução de estereótipos e de exercício do pensamento crítico-reflexivo, considerando que é não só importante, como necessário, que ela se disponha a problematizar os papeis de gênero.

Sendo o Brasil um país extremamente violento para com suas mulheres e que carrega o patriarcalismo na sua história e que, ainda hoje, apresenta dados assustadores sobre violência contra a mulher, a escola precisa ser um espaço de questionamento e aprendizagem. Empreendendo esforços pelo reconhecimento dos diferentes atores sociais e dos direitos individuais e coletivos a escola estaria contribuindo para uma sociedade mais justa e equânime (SILVA, 2017).

A escola é um espaço de produção de conhecimento, mas é, também um espaço influenciado pela política e pela sociedade e é "indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela propria produz" (LOURO, 1997, p. 81).

É nesse sentido que nossa atividade se propõe levar os/as estudantes do Ensino médio a refletirem sobre sua socialização primária e sobre a reprodução e/ou transformação de estereótipos de gênero.

Além disso, o envolvimento dos/as estudantes com questões de interesse coletivo e público são fundamentais para a compreensão dos Direitos Humanos, pautado numa responsabilidade ética. A discussão a partir das tirinhas permite ainda a problematização sobre o "viveram felizes para sempre" sobretudo porque essa afirmação associa o casamento como sinônimo de felicidade. Baseadas numa moral religiosa, muitas pessoas se submetem a relacionamentos abusivos e relações conflituosas em nome do "até que a morte os separe". Tal princípio relaciona-se a altos índices de violências contra a mulher, que, de longe, não estão num "país das maravilhas".



Espera-se que ao final da aula os/as estudantes consigam compreender "gênero" como uma categoria de análise (SCOTT, 1995) que é relacional e, num processo de "estranhar o familiar" observem como o cotidiano é permeado pelas questões de gênero.



## Sistematização

Inicie a atividade perguntando aos/às estudantes sobre sua socialização primária. O que assistiam na TV? Do quê brincavam? Quem eram seus/suas personagens favoritos/as?

Esse momento é importante para que se tenha algum conhecimento sobre a realidade dessas pessoas. É possível que já nesse primeiro momento você encontre alguns padrões de gênero se repetindo e é importante que você os problematize, conceituando o que é gênero, inclusive. Perceba se as meninas falam mais de boneca, enquanto os meninos falam mais de bola; e se as brincadeiras tidas como "femininas" colocam as meninas mais no ambiente domésticos enquanto que as brincadeiras "masculinas" os colocam no ambiente externo ao lar.

Comece a provocação do pensamento crítico de seus/suas estudantes a partir disso. Apresente aqui o conceito de "masculinidade hegemônica" (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013) que privilegia determinado tipo de homem em detrimento de outras formas de expressão da masculinidade para que reflitam sobre estereótipos de força ligados à virilidade masculina e de docilidade e gentileza ligados ao feminino.



É provável que as produções da Disney apareçam na relação de "personagens favoritos" e é a partir daí que a atividade se segue. Do ponto de vista artístico é possível questionar sobre como as produções hollywoodianas têm impacto na construção de subjetividades e tipos ideais de relacionamentos. As "tecnologias de gênero" (MONTEIRO; ZANELLO, 2015) existentes por trás desses padrões que se repetem nas produções corroboram com um determinado tipo de comportamento esperado das mulheres.

No apêndice da p. 66 você encontra uma série de tirinhas publicadas nas redes sociais que refletem sobre algumas das princesas da Disney. Os/as estudantes devem receber uma cópia dessas tirinhas. Inicie uma reflexão sobre essas personagens e sobre assuntos ligados à elas. Temas como submissão, consentimento, pedofilia, autoestima, etc devem fazer parte desse debate. Problematize também sobre as questões étnico-raciais por traz dessas produções já que, em geral, as princesas da Disney eram associadas às mulheres brancas. Aqui vale ainda pensar sobre como o lançamento do trailer do novo filme da Ariel com uma protagonista negra gerou um debate na internet.

Feito isso, peça para que os/as estudantes se reúnam em grupos e, com auxílio da internet façam buscas de notícias sobre estupro, cárcere privado, entre outros assuntos que podem se relacionar às críticas às princesas.



A proposta da atividade é que estudantes relacionem essas tirinhas com notícias sobre a vida real de meninas e mulheres que foram vítimas de violências. Junto, o grupo deve escrever um texto argumentativo-dissertativo apresentando as semelhanças e diferenças entre as histórias infantis e a vida real.

Após a produção, os/as estudantes devem apresentar aos/as colegas o que encontraram, justificando a escolha da(s) reportagem(ens). Seria interessante que tivessem o Datashow como recurso para projetarem as reportagens aos demais.

Estimule a problematização entre as histórias da Disney e a vida real e apresente dados atuais, como a criação da Lei do feminicídio (13.104/2015) e a Lei Mariana Ferrer (14245/2021) que protege vítimas de crimes sexuais no seu julgamento.

Ao final da discussão, deixar às/aos alunas/os uma tarefa de casa: oriente-as/os a conversarem com mulheres do seu convívio - mãe, irmãs, tias, avós, amigas, professoras etc. - sobre as situações de machismo, desigualdade de gênero, violências, assédio, etc, às quais já foram submetidas e percebam se essas violências estão naturalizadas no seu cotidiano ou se elas são facilmente enxergadas e problematizadas.



**RECURSOS UTILIZADOS**



- Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade: Sala de aula com acesso à internet;
- Material necessário: Xerox da atividade, notebook com acesso à internet para pesquisa;
- Datashow
- Meio de comunicação a ser utilizado, caso necessário: Notebook
- Tempo necessário à realização da atividade: (3h.)

As/os estudantes serão avaliados/as ao longo do processo formativo por meio de suas observações e apontamentos. Além disso, a produção textual do grupo também servirá como objeto avaliativo das habilidades e competências do grupo.

**AVALIAÇÃO**



## Material de Apoio

O livro infantil **Chutando Pedrinhas** trata sobre padrões de gênero que podem ser discutidos por meio do afeto e diálogo entre um pai com sua filha. A história foi produzida coletivamente por 17 meninas moradoras do Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro

Disponível em: Chutando Pedrinhas | Promundo Acesso em 01 junho 2022.



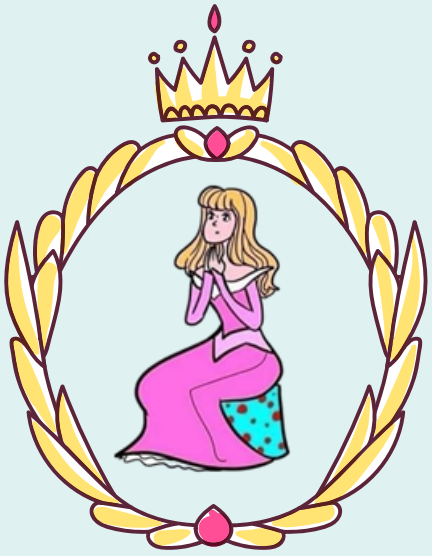
"Eu Não sou um homem fácil". O filme é uma comédia francesa, lançado em 2018 e atualmente disponível na Netflix. Dirigido por Eléonore Pourriat. Duração: 1h38min.

O filme narra a história de um homem misógino que enxerga as mulheres como troféus. Ele bate a cabeça em um poste e, depois disso, acorda em um mundo invertido, no qual as mulheres são o sexo dominante, e os homens são o "sexo frágil", submissos às mulheres. Apesar de ser comédia, o filme explicita o quanto a desigualdade de gênero desvaloriza e objetifica as mulheres. Aqui vale considerar que o filme não representa o machismo e misoginia em sua totalidade já que não há discussão sobre estupro, violência doméstica, feminicídio, aborto, entre outras questões que afetam mulheres cotidianamente. Ademais, o filme apresenta a realidade invertida num universo branco e financeiramente estável, ou seja, realidades étnico raciais e de pobreza não foram contempladas e como já falamos, as desigualdades se interseccionam. Ainda assim, o filme é uma boa proposta para, de um modo cômico, propor reflexões sobre os papéis de gênero.

**Sugestão de PodCast**

**#152/A prateleira do amor, com Valeska Zanello**

A pesquisadora na área de Saúde Mental e Gênero e Professora no Departamento de Psicologia Clínica na Universidade de Brasília, Valeska Zanello é a convidada da Obvious. Fazendo uma analogia com as prateleiras do supermercado, a convidada se propõe a refletir sobre a mulher não só como um objeto dessa prateleira, mas como algumas mulheres que fogem aos padrões podem ser ainda um objeto preterido nela. Você pode acessá-lo pelo QR Code ao lado:



# Referências


BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 21 agosto 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). *Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001.* Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília, 2018

BRASIL. Presidente da República, Secretaria-geral. *Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 jun.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coibe a violência doméstica e familiar contra amulher. Presidência da República. 2006

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Conselho Pleno.* Resolução CNE/CP n. 1/2012, de 30 de maio de 2012.

https://capricho.abril.com.br/beleza/para-criticar-os-padroes-de-beleza-artista-coloca-boca-de-kylie-jenner-nas-princesas-da-disney/

MONTEIRO, C.; ZANELLO, V. Tecnologias de Gênero e Dispositivo Amoroso nos filmes de animação da Disney. Revista Feminismos, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30066. Acesso em: 21 agosto 2022.

ROSENZWEIG, P. Q. *Princesa, pra quê? Princesas, pra quem? Reflexos e reflexividades da disneyzação.* Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Tese_-_Patricia_Quitero_Rosenzweig_-_2021_%281%29.pdf> Acesso em 15 agosto 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, E. M. da. *Movimento pedagógico de gênero nas escolas:* o que e como fazem as professoras? Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2021.




# A P Ê N D I C E


pançaram por algumas horas numa festa e agora ele é o amor da sua vida...
fale-me mais sobre isso.


19 anos confinada numa torre?
suponho que pra você a quarentena não seja problema.


você foi viver com 7 homens desconhecidos e aceitou comida de estranhos. Me surpreende o quão rápido você entrega tua confiança.


Então, basicamente você mudou por completo para poder se "encaixar" no mundo dele?

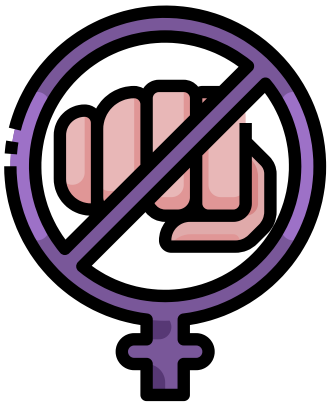

Falemos do consentimento quando se está inconsciente.

# Violência contra Mulher, até quando?

**Autora:**
**Karla Serrano de Oliveira**

**Etapa: Ensino Médio**

**Componentes curriculares:**
**Língua Portuguesa, Filosofia, Geografia, História, Sociologia e Projeto de Vida**



## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital. Entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade.

**2. Pensamento científico, crítico e criativo :** Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade. Investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.

**3. Repertório cultural:** Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais. Fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. **Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens. Expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

**5. Cultura Digital:** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética. Comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria

**6. Trabalho e projeto de vida:** Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências Entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.Formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.

**8. Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se. Cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

**9. Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceitos de qualquer natureza.

**10. Responsabilidade e cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. Tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

**Temas Integradores**

**TI06** Educação em Direitos Humanos.

**TI15** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade.

**TI1** Ética e Cidadania.




## Objetos de Conhecimento

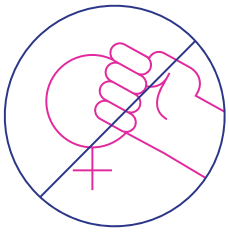
**História:** História da evolução do direito feminino: o que se conquistou e o que ainda temos a ser conquistado.

**Sociologia:** analisar, relacionar, comparar e compreender contextos e identidades são condições para conhecer; problematizar, criticar e tomar posições para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Dinâmicas sociais e políticas, reconhecendo e combatendo as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos humanos.

**Filosofia:** A questão ser humano, sensibilidade, existência e temporalidade.

**Geografia:** Tempo e espaço como fenômenos que permitem identificar contextos, as continuidades, as mudanças e as rupturas.

**Língua portuguesa:** Consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão. Construção da textualidade e relação entre os textos; vivências significativas em diferentes mídias (imprensa, digital, analógica) situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos.



## Habilidades

**EM13CHS103HIST/ES** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, ...

**EM13CHS104SOC/ES** Analisar sociologicamente objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço na sociedade capixaba e brasileira.

**EM13CHS106HIST/ES** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

**EM13CHS101SOC/ES** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias sociológicas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, interpretando e analisando conceitos sociológicos acerca de senso comum, conhecimento científico, entendendo a sociedade e seu espaço, analisando o meio urbano e campesino para compreender a segregação social e seus impactos no meio ambiente.

**EM13CHS509SOC/ES** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas intervindo e problematizando nas formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, contribuindo para ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais, tais como as questões de gênero e sexualidades.

**EM13CHS402GEO/ES** Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho formal e informal e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

**EM13LP06** Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.



## Habilidades Adicionadas

**EM13CHS101** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.



**EM13CHS102** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

**EM13CNT207** Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

**EM13CNT305** Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

**EM13CHS101HIST/ES** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.



## Objetivos



**I:** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes (por meio de sua diversidade e contextos de produção) e narrativas (históricas, literárias e cinematográficas) expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

**II:** Elaborar hipóteses, compreender conceitos históricos, identificar temporalidades, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos, fontes e narrativas históricas e geográficas, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

**III:** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

## Contextualização/ problematização

Apesar das diversas conquistas em relação aos direitos das mulheres (voto, trabalho, sociais, etc) ainda há muito a ser feito em especial com relação ao direto humano de ser e estar no mundo sem ser violentada física, sexual, moral, patrimonial e psicologicamente. Também é necessário mantermos vigilância sobre os direitos já conquistados, pois como alerta Simone de Beauvoir, os direitos conquistados não são garantia de suas permanências, é preciso manter-se vigilante durante toda a vida.



A escola é um espaço privilegiado de formação de cidadãos e cidadãs que respeito a vida humana em sua diversidade seja de gênero, raça-etnia e de classe social. É preciso inverter as lógicas apresentadas cotidianamente aos/as jovens. Em relação à cultura da violência, a sociedade ensina “não seja estuprada” ao invés de ensinar “não estupre”. É na escola que encontramos um campo privilegiado para o enfrentamento à violência contra as mulheres. E a escola pode também ser uma excelente parceria no processo de formação de homens e mulheres que se reconheçam como elemento fundamental na luta contra a violência.



A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas. De fato, o próprio conceito definido na Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país

Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006. Esta lei, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social.

A Lei Maria da Penha também teve uma importante vitória em fevereiro de 2012, em decisão do STF, quando foi estabelecido que qualquer pessoa poderia registrar formalmente uma denúncia de violência contra a mulher, e não apenas quem está sob essa violência.





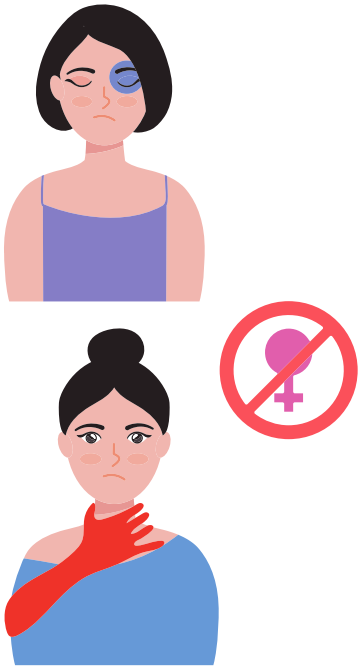

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, a ser respeitada em suas especificidades e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal. É dever do Estado e uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

# Sistematização

A proposta de atividade é voltada para prevenção à violência contra a Mulher, orientação e apoio psicológico.

A atividade conta com a parceria da 1ª Vara Criminal da Mulher (que se encontra na Casa do Cidadão), e com o apoio de psicólogos e de assistente social.

**Primeiro momento:**
Inicialmente será realizada palestra de cunho interdisciplinar para os/as estudantes, pais/mães e responsáveis com a temática "Enfrentamento à violência contra a mulher", por servidores/as da 1ª Vara Criminal da Mulher. Essa palestra terá como foco a sensibilização para a compreensão da existência de uma cultura patriarcal que perpetua atitudes machistas e violentas contra as mulheres.



**Segundo momento:**
Será realizada uma orientação direcionada para os meninos com o apoio da Patrulha escolar com orientação sobre as consequências penais e sociais relacionadas à violência contra as mulheres. Esta atividade também será realizada de forma interdisciplinar com as disciplinas que participam do projeto.

**Terceiro momento:**
Os/as professores envolvidos com o projeto em suas disciplinas realizarão as seguintes atividades:

**Língua portuguesa:** propiciará momentos de criação de músicas, poemas e desenhos gráficos produzidos pelos estudantes com o tema voltado para violência contra mulher. Também fará atividade que toma algumas músicas com letras machistas para serem reescritas/transformadas em letras não machistas pela escrita dos/as estudantes.

**Sociologia/Filosofia:** organizará rodas de conversas com as alunas com depoimentos vividos por elas, pelas mães, tias ou alguém bem próximo a elas.

**História:** Tratará da história da evolução do direito feminino: o que se conquistou e o que ainda temos a ser conquistado.

**Geografia:** Por meio de filmes (Estrelas além do tempo; histórias cruzadas etc) discutirá sobre o Tempo e espaço como fenômenos que permitem identificar contextos, as continuidades, as mudanças e as rupturas




**Quarto momento: Culminância**

Realizar a apresentação de toda a produção e ação realizada pelos alunos/as nas disciplinas envolvidas no projeto. Essa apresentação será conduzida pelos/as professores/as que estão à frente do projeto com uma reflexão e uma roda de conversa.

Indica-se o estímulo a participação dos/as alunos/as nas ações realizadas pelos movimentos sociais de mulheres e feministas referentes ao dia Internacional da Mulher no mês de março e também  Internacional da Mulher Negra e Latina Caribenha. Essa ação é interessante pois podem realizar distribuição de panfletos que tenham criado na escola e também uma oportunidade de aprenderem sobre sua ancestralidade (por meio de oficinas de tranças), ouvirem palestra e bate papo com militantes sociais e psicólogos e assistente social.

## RECURSOS UTILIZADOS



- Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade: sala de aula com acesso à internet, refeitório da escola, pátio escolar, auditório.
- Material necessário: notebook, datashow, cartolinas, cola, tesoura, TV, caixa de som, computador com internet, panfletos e livro.
- Outros recursos necessários: Ônibus para transportar os alunos em algumas visitas distante da escola se necessário;
- Tempo necessário à realização da atividade: Essa ação terá a duração aproximada de 2 trimestres.

## AVALIAÇÃO



A forma de avaliação dos/as alunos/as durante o período da ação, será realizada pela participação nos eventos e pela produção realizada em cada disciplina.

## Material de Apoio

RIBEIRO, D. de P. Violência contra a mulher: aspecto gerais e questões práticas da Lei: 11.340/2006. Brasília: Gazeta Jurídica ,2013. É um referencial de grande aprendizagem e conhecimento. O estudo retrata que são infundadas as críticas feitas pelos operadores do Direito às mulheres que desistem de buscar a persecução penal de seus agressores, pois, elas já incorporaram o estigma de inferioridade, capaz de mantê-las inertes perante as situações de violência.

Filme Estrelas além do tempo (Theodore Melfi, 2h07) - baseado em fatos reais, conta a história de três cientistas negras que trabalharam na NASA durante a década de 1960 e colaboraram para a conquista espacial. Atrizes: Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson.

http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia. Problema: o domínio não existe

Filme Histórias cruzadas (Tate Taylor, 137 min) mostra o drama das empregadas negras nos Estados Unidos durante a conturbada luta pelos direitos civis em meados do século passado. Atrizes: Emma Stone , Viola Davis, Octavia Spencer.

## Referências

Currículo da Sedu, competências e habilidades. Disponível online em:https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/material-de-apoio/#Compet%C3%AAncias-e-Habilidades.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coibe a violência doméstica e familiar contra amulher. Presidência da República. 2006

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,“CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ”. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>





# Educação e as relações de gênero, etnia e raça: possibilidades pedagógicas de fortalecimento da alteridade

**Autores:**
**Amanda Alcure Castro**
**João Carlos Vieira**

## Etapa: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

### Componentes curriculares:
**Educação Física e História**

## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**2. Pensamento científico, crítico e criativo:** Exercitar a curiosidade intelectual, o pensamento e análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, problematizar e criar soluções com conhecimentos multidisciplinares.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, com posicionamento ético no cuidado consigo, com os outros e com o planeta.

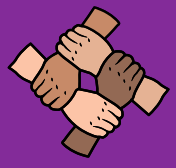
**9. Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.



**Temas Integradores**

**TI06** Educação em Direitos Humanos.
**TI07** Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.
**TI08** Saúde, Vida Familiar e Social.
**TI13** Trabalho e Relações de Poder.
**TI14** Ética e Cidadania.
**TI15** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade;
**TI18** Diálogo Intercultural e Inter-religioso

**Objetos de Conhecimento**



**Educação Física:** Esportes de invasão; Esportes de rede/parede; Lutas do Mundo; Ginástica de Condicionamento Físico e Práticas corporais de aventura na natureza.

**História:** História dos povos indígenas; Escravidão indígena e africana; A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão.

## Habilidades

**EF89EF01/ES** Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. A experimentação de diferentes papéis nos esportes possibilita explorar situações de aprendizagem nas quais os estudantes exercitem o senso de justiça, o diálogo e a alteridade.

**EF89EF19-08/ES** Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, partindo de modalidades com exigências mais simples, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.

**EF89EF08** Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.).

**EF89EF14/ES** Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação.

**EF89EF17** Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.

**EF08HI12/ES** Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

**EF08HI11/ES** Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência nos Estados Unidos, no Brasil, na América espanhola e no Haiti, compreendendo o conceito de nação e Estado no passado e no tempo presente, como questões de terras, conflitos étnicos, culturais e religiosos, considerando o contexto latino-americano.

**EF08HI16/ES** Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, evidenciando os movimentos separatistas e de contestação que ocorreram no Espírito Santo, em especial, a Insurreição de Queimado. Em relação à Lei de Terras, há elementos que indicam a interferência do Estado através da política de branqueamento e teorias raciais que justificam a desigualdade e a ausência do governo na assistência de minorias étnicas.

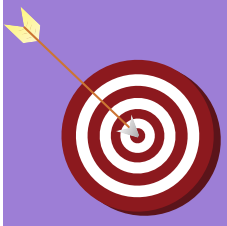
## Habilidades Adicionadas

**EM13CNT207** Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

**EM13CNT305** Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.



## Objetivos



- Reconhecer as diferenças de gênero e suas relações socioculturais;
- Identificar posicionamentos preconceituosos de gênero no ambiente escolar e combatê-los;
- Promover o respeito à diversidade de gênero;
- Colaborar na desconstrução de estereótipos de gênero no ambiente escolar e na sociedade;
- Identificar a origem das discriminações étnico-raciais no Brasil;
- Compreender o mito da democracia racial;
- Identificar posicionamentos étnicos preconceituosos no ambiente escolar e combatê-los;
- Promover o respeito à diversidade étnico-racial.

## Contextualização/ Problematização



Apesar da pauta da diversidade cultural já estar presente no discurso educacional há algumas décadas, encaramos frequentemente desafios extenuantes no chão da escola – manifestações ora sutis, ora escancaradas de desrespeito às diferenças são ainda muito comuns.

Sabemos que na escola durante muito tempo imperou a afirmação da cultura eurocêntrica, cristocêntrica e heteronormativa em detrimento das demais. (MOCELIN; GROSSI, 2020). Essa tentativa de homogeneização dos corpos reproduziu hierarquias e desigualdades que se refletem até hoje, principalmente na forma de racismo, homofobia, machismo e intolerância religiosa (GONÇALVES, 2019).

Nesse cenário observamos que a Educação Física (EF) escolar tem um importante papel por ter o corpo como objeto de estudo. Se no século passado a EF reforçou uma visão de corpo pautada exclusivamente pela biologia e anatomia, hoje esse olhar já enxerga o corpo também a partir de suas características sociais, culturais e históricas (DAOLIO, 2010). Isso nos permite compreender as diferenças não a partir de escalas hierárquicas mas enquanto características identitárias de pessoas e grupos.



Atualmente, apesar das crescentes discussões sobre a importância de se abordar mais profundamente temas como gênero, religião, etnia e raça ao se trabalhar com conteúdos da cultura corporal, as tensões e barreiras que ainda existem nesse campo dificultam ou desestimulam muitos/as professores/as a lidar diretamente com essas temáticas (SILVA; FERREIRA, 2019). Porém, é preciso agir mesmo com limitações, pois será a partir de ações rotineiras que esse cenário será transformado, afinal, se buscamos de fato uma escola cada vez mais justa, precisamos dar mais atenção e espaço a essa diversidade sociocultural e às formas pedagógicas e políticas de se lidar verdadeiramente com ela (LIBÂNEO; SILVA, 2020).



Por isso se faz importante proporcionar aos/as estudantes experiências educativas locais, simbólicas, representativas e contextualizadas que valorizem as singularidades socioculturais e que sejam pautadas por um currículo diversificado, e para isso precisamos tratar a construção de identidades de forma problematizada, compreendendo sua fluidez, incerteza e inconstância, considerando as intersecções que as transpassam (GONÇALVES; SILVA, 2022).

Por tudo isso, reforçamos a importância de uma educação que fortaleça a alteridade no espaço escolar, promovendo não apenas o reconhecimento das culturas, mas sua valorização, com espaço para diálogos igualitários.

## Sistematização

**Aula 1 (Ed. Física):** Prática do Futebol generificado (link abaixo) objetivando introduzir a problemática da desigualdade de gênero a partir da vivência de suas regras específicas.

**Aula 2 (Ed. Física):** Discussão reflexiva buscando a contextualização social do jogo vivenciado e planejamento coletivo adaptando regras em prol de uma disputa mais igualitária entre os gêneros.

**Aula 3 (Ed. Física):** Vivência prática do Futebol generificado com regras adaptadas, finalizando com roda de conversa sobre as novas percepções do jogo.

**Aula 4 (Ed. Física):** Exibição do vídeo “A cultura do machismo e a violência contra a mulher” (link abaixo) com roda de conversa sobre machismo estrutural e sexualização do corpo da mulher nos esportes.



**Aula 5 (Ed. Física):** Pesquisa coletiva e pré-seleção de práticas corporais que carregam estereótipo de gênero. Essa ação pode ser realizada no laboratório de informática, com uso de celulares em sala, com pesquisa entre os estudantes e professores, entre os familiares, etc.

**Aulas 6, 7 e 8 (Ed. Física):** Vivências de práticas corporais selecionadas com a participação dos(as) estudantes que contextualizem gênero e preconceitos. Como exemplos de possibilidades elencadas podemos destacar o futebol e as lutas. É importante promover a reflexão crítica das vivências no decorrer das ações.

**Aula 9 (Ed. Física):** Dinâmica 'Corrida dos privilégios' (ver anexo). Contextualizando e relacionando os preconceitos de gênero aos preconceitos étnico-raciais e de classe.

**Aula 10 (História):** Aula expositiva dialogada objetivando discutir a diáspora africana e o racismo estrutural no Brasil.

**Aula 11 (História):** Aula expositiva dialogada objetivando discutir as raízes históricas de preconceitos contra os indígenas no Brasil.

**Aula 12 (Ed. Física):** Pesquisa coletiva e pré-seleção de práticas corporais que carregam estereótipo de étnico-racial. Essa ação pode ser realizada no laboratório de informática, com uso de celulares em sala, com pesquisa entre os estudantes e professores, entre os familiares, etc.

**Aulas 13, 14 e 15 (Ed. Física):** Vivências de práticas corporais selecionadas com a participação dos(as) estudantes que contextualizem etnia, raça e preconceitos. Como exemplos de possibilidades elencadas podemos destacar o tênis e o basquetebol. É importante promover a reflexão crítica das vivências no decorrer das ações.

**Aula 16 (Ed. Física e História):** Roda de conversa com discussão reflexiva sobre a perigosa generalização dos preconceitos a partir da ótica do Bullying.

**Aulas 17 e 18 (Ed. Física):** Repetição de práticas corporais elencadas pelos(as) estudantes.

**Aulas 19 e 20 (Ed. Física e História):** Organização de ações de intervenção no espaço escolar que promovam o fortalecimento da alteridade (Campeonatos mistos, exposição artística, textual, palestras, etc).



**RECURSOS UTILIZADOS**



- Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade: quadra poliesportiva, sala de aula, espaço aberto, auditório e laboratório de informática (se necessário).
- Material necessário: materiais esportivos (bolas, cordas, colchonetes, tatame...) e materiais midiáticos (TV ou Datashow, computadores ou celulares).
- Tempo necessário à realização da atividade: de 7 a 10 semanas, a depender do quantitativo de aulas semanais dos componentes curriculares envolvidos.

**AVALIAÇÃO**



Formativa, realizada ao longo da intervenção e pautada pelas esferas procedimental (envolvimento com as práticas e atividades em grupo), conceitual (compreensão e apropriação dos conteúdos) e atitudinal (participação responsável e convivência respeitosa). Se necessário, o(a) professor(a) pode utilizar instrumentos como aplicação de prova escrita e/ou oral e apresentação de trabalho de pesquisa/seminário.

## Referências

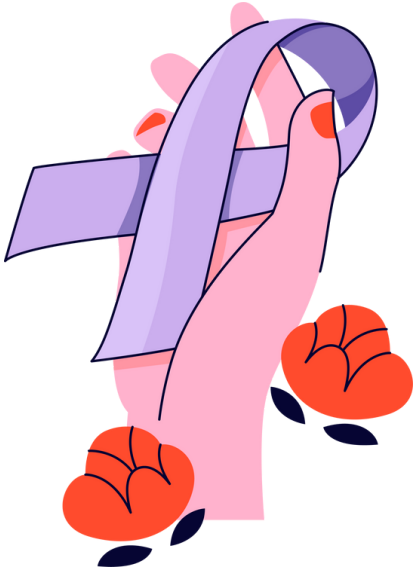

BERSANI, H. *Racismo estrutural e o direito à educação.* Educação em Perspectiva, v. 8, n. 3, 2017, p. 380-397.

CRELIER, C. M.; DA SILVA, C. A. F. *Africanidade e afrobrasilidade em educação física escolar.* Movimento, v. 24, n. 4, 2019, p. 1307-1320,

DAOLIO, J. (Org.). *Educação Física Escolar: olhares a partir da cultura.* Campinas: Autores Associados, 2010.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. *Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica.* Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2000.

DORNELLES, P. G.; WENETZ, I. *Uma análise generificada sobre o Projeto Gênero e diversidade na Escola.* Cadernos de pesquisa, v. 49, 2019, p. 226- 243

GONÇALVES, C. H. R.; SILVA, C. A. F. da. *Transidentidades para uma educação física acolhedora.* Movimento, v. 27, 2022.

GUSMÃO, N. M. M. de (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.* São Paulo: Biruta, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. *Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural.* Revista on line de Política e Gestão Educacional, 2020, p. 816-840.

MOCELIN, C. E.; GROSSI, P. K. *Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como "outros sujeitos": uma problematização necessária.* Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

SILVA, E. M. da; FERREIRA, E. B. *Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola.* Educação e Pesquisa, v. 45, 2019.



## Material de Apoio

**Futebol generificado.**
Trecho retirado do curso de extensão "Educações Físicas: temas emergentes para mundos (im) possíveis " no qual é referente a live do MÓDULO 3 , que abordou o tema "Futebol generificado: uma possibilidade de refletir sobre as desigualdades entre os gêneros na quadra" realizada no dia 12/11/2020 exibida pelo canal GEPROFEF- IFSULDEMINAS. Para visualisá-lo, acesse o link ou o QR Code abaixo:



**A cultura do machismo e a violência contra a mulher.**

Uma mulher perde a vida a cada duas horas no Brasil. Essa estatística tenebrosa levou o Papo Cabeça a tratar hoje da "Cultura do Machismo", numa perspectiva histórica. As causas e consequências deste comportamento e suas repercussões na sociedade são o tema da nossa conversa de hoje com o mestre em educação pela PUC e Prof de História Elio Portella. Um problema que diz respeito a todos nós. Para visualisar o vídeo, acesse o link ou o Qr code abaixo:




**Corrida por $100 feita de privilégio e desigualdade.**

O vídeo nos convida a refletir, por meio de uma dinâmica, sobre meritocracia, desigualdade, injustiça e opressão. Para visualisá-lo, acesse o link ou o QR Code abaixo:



**Os preconceitos e o racismo no esporte**

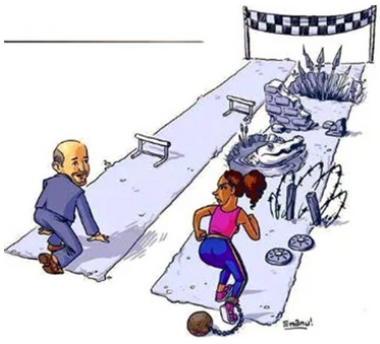
Vídeo que mostra uma série de reportagens sobre preconceito e racismo no esporte. Para visualisá-lo, acesse o link ou o QR Code abaixo:






# A Problemática da Desigualdade de Gênero em Sala de Aula: análise de dados e relações de poder

**Autores:**
**Iara Caliman Capelini**



**Etapa: Ensino Médio**

**Componentes curriculares:**
**Língua Portuguesa, História e Matemática**

## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**2. Pensamento científico, crítico e criativo:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**3. Repertório cultural:** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

**5. Cultura Digital:** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

**10. Responsabilidade e cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## Temas Integradores

**TI06** Educação em Direitos Humanos.
**TI12** Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.
**TI15** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade;



### Objetos de Conhecimento



**História**

- Gênero e sexualidade na história.
- A sexualidade como estratégia de poder ao longo da história.

**Matemática**

- Confiabilidade de fontes de dados.

**Língua Portuguesa**

- Relação entre gêneros e mídias; contexto de produção e circulação e de textos;

## Habilidades

**EM13CHS101HIS/ES** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes (por meio de sua diversidade e contextos de produção) e narrativas (históricas, literárias e cinematográficas) expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

**EM13CHS401HIS/ES** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas, informacionais e ambientais e das novas formas de produção e trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

**EM13LP01** Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.

**EM13LP02** Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).

**EM13MAT102** Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.

**EM13MAT312** Resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo de probabilidade de eventos em experimentos aleatórios sucessivos.

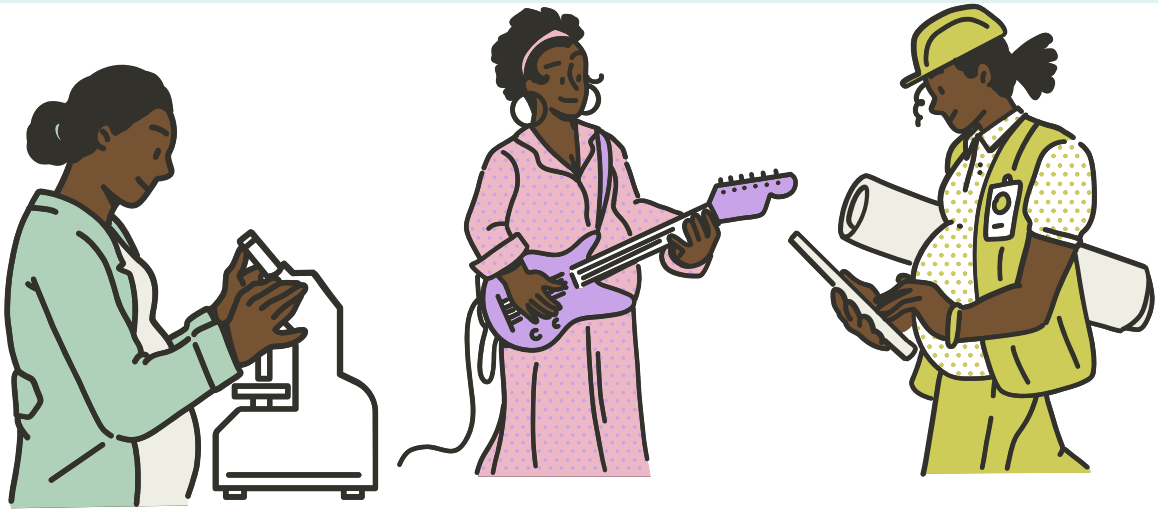
## Objetivos



- Compreender as relações de poder e a desigualdade entre os gêneros na sociedade contemporânea por meio de manchetes jornalísticas e dados do IBGE;
- Analisar criticamente os dados apresentados, visando compreender a confiabilidade da fonte dos dados.
- Divulgar os dados apresentados através de panfletos digitais, aprimorando a produção textual dos estudantes;
- Utilizar tecnologias digitais para construção do conhecimento.

## Contextualização/ Problematização

O projeto que está para se desenvolver procura questionar a abordagem e a percepção da desigualdade de gênero no âmbito escolar. Igualmente, contextualiza a discussão do tema, sua aplicabilidade e reflexão dentro da matemática, compreendendo os dados através de uma análise. Além disso, a intenção é divulgar os dados para que todos possam compreender a problemática, não ficando restrito apenas aos/as estudantes, mas para toda escola.



# Sistematização



O objetivo dessa atividade é envolver três disciplinas de três áreas de conhecimento diferentes: História (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), Língua Portuguesa (Linguagem e suas Tecnologias) e Matemática (Matemática e suas Tecnologias).

A atividade deverá ser desenvolvida em três etapas. A primeira etapa consiste na análise dos dados e a problematização, que necessita ser feita na aula de história. O/A docente de História precisa selecionar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e manchetes jornalísticas que possuam dados sobre a desigualdade de gênero na sociedade contemporânea. Por exemplo, dados de violência doméstica, diferença salarial, violência sexual, entre outros.

A partir desses dados e manchetes, o/a professor pode fazer um “Bate-Papo Histórico”, no qual os/as estudantes farão um semicírculo e realizarão uma leitura circular dos dados apresentados. O/A professor/a, então, deverá criar um debate sobre a problemática, fazendo um resgate histórico, podendo abordar o contexto da colonização com a perspectiva de Portugal sobre os gêneros e os reflexos dessa visão conservadora para a contemporaneidade no Brasil.

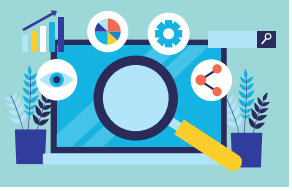
Dessa forma, é criado um contexto sobre a construção e o contexto que levou à desigualdade de gênero e as relações de poder que envolvem os sexos. A intenção é que os/as estudantes debatam sobre o tema, apresentando argumentos críticos. É interessante que para a construção desses argumentos, o estudante faça uma pesquisa prévia sobre o tema e participe ativamente do debate por meio de fatos sólidos e com fontes confiáveis, apresentando sua opinião sobre a temática.

Após a problematização e contextualização feita na aula de História, a próxima etapa deverá ser feita na aula de Matemática. O docente da disciplina precisa ter acesso aos dados apresentados na etapa anterior. A partir das informações, os/as alunos/as deverão fazer uma análise de dados dentro da matemática, fazendo comparações, enfatizando a problemática sociocultural. Essa análise da problemática sociocultural pode ser feita através de gráficos, tabelas, entre outros instrumentos de análise de dados.




A última etapa está relacionada à produção de um panfleto digital informativo por meio da plataforma Canva, organizada pelo/a professor/a de Língua Portuguesa, que deverá orientar sobre a questão estrutural de um panfleto e sobre a gramática. Nesse panfleto, os/as estudantes precisam utilizar a criatividade na construção e utilizar os dados estudados na aula de História e de Matemática. Após a construção do panfleto, o objetivo é espalhá-lo pela escola e divulgar nas redes sociais da escola e dos/as estudantes. Isso fará com que os/as estudantes de outras turmas tenham acesso ao conteúdo apresentado.

**RECURSOS UTILIZADOS**



- Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade: Sala de Aula
- Material necessário: Impressão, Chromebook ou Telefone Celular dos estudantes.
- Meio de comunicação a ser utilizado, caso necessário: Internet e TV.
- Tempo necessário à realização da atividade: Média de 4 horas/aulas.

## Avaliação

A avaliação deverá ser feita de forma diferente em cada disciplina:

- **História** – Participação no debate feito durante o "Bate-Papo Histórico";
- **Matemática** – A resolução da atividade sobre análise de dados;
- **Língua Portuguesa** – Estrutura e gramática do Panfleto.

O ponto em comum entre a avaliação das três disciplinas é a análise do Panfleto produzido, assim como a participação do/a estudante na sua produção.



## Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: IBGE | Portal do IBGE |IBGE. Acesso em: 15 agosto 2022.

NASCIMENTO, J. *Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira:* Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência. Revista de Ciências Sociais: Londrina, v. 21, n. 1, 2016.

Sedu Digit@l. Disponível em: https://sedudigital.edu.es.gov.br/, acesso em: 15 agosto de 2022.

**Indicação de livros sobre o tema:**

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

MATTOS, P. *A mulher moderna numa sociedade desigual.* p. 153 – 196. In: SOUZA, J. A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

# Mulheres de Todas as Cores

**Autores:**
**Yamilia de Paula Siqueira**
**e Ana Caroline Pereira**



**Etapa: Ensino Fundamental Anos Finais (com adequações), Ensino Médio e EJA**

**Componentes curriculares:**
**Arte, Língua Portuguesa, Geografia e Sociologia**

## Competências Gerais da BNCC

**1. Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**6. Trabalho e projeto de vida:** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

**9. Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

## Temas Integradores

**TI06** Educação em Direitos Humanos.
**TI07** Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
**TI08** Saúde. Vida Familiar e Social.
**TI11** Trabalho, Ciência e Tecnologia.
**TI12** Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.
**TI13** Trabalho e Relações de Poder
**TI15** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade;



## Objetos de Conhecimento



**Sociologia:**
Cultura, diversidade e multiculturalismo; formação social e cultural brasileira e capixaba; dinâmicas sociais e políticas;

**Geografia:**
População e Estudos demográficos; economia e setores produtivos.

**Arte:**
Práticas sociais de linguagem na recepção ou na produção de discursos; práticas de linguagens; processos de criação; elementos da linguagem; contextos e práticas.

**Língua Portuguesa:**
Textualização de textos argumentativos e apreciativos; participação em discussões orais sobre temas controversos de interesse da turma e/ou de relevância social; escuta; produção de textos orais; relação entre textos; relação do texto com o contexto de produção e experimentação de papéis sociais.



# Habilidades

**EM13CHS201** Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

**EM13CHS402GEO/ES** Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho formal e informal e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.



**EM13CHS403**
Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

**EM13CHS503** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

**EM13CHS502** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

**EM13CHS509SOC/ES** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas intervindo e problematizando nas formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, contribuindo para ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais, tais como as questões de gênero e sexualidades.

**EM13CHS601** Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

**EM13LGG101ARTd/ES** Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos - das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música -, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos, pautado pela ética.

**EM13LGG102** Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

**EM13LGG202ARTb/ES** Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem artísticas e culturais, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

**EM13LGG203** Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).

**EM13LGG204** Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

**EM13LGG302** Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

**EM13LGG303** Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

**EM13LGG401ARTa/ES** Analisar criticamente expressões artísticas e culturais de modo a compreender e caracterizar as linguagens como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, incluindo as produções das comunidades tradicionais presentes no território capixaba (quilombolas, pomeranos, indígenas, entre outros).

**EM13LGG601** Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.

**EM13LGG103ARTb/ES** Analisar o funcionamento das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

**EM13LGG202ARTa/ES** Pesquisar e analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas expressões artísticas, compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

**EM13LGG203** Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).

**EM13LGG303ARTa/ES** Debater, crítica e amplamente (no âmbito das artes visuais , do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música), questões polêmicas, de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas

**EM13LGG305** Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

**EM13LGG401ARTb/ES** Analisar criticamente textos do campo da arte, de modo a compreender e caracterizar as linguagens como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

**EM13LGG102** Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

**EM13LGG103ARTd/ES** Analisar o funcionamento das linguagens artísticas, observando os elementos que compõem seus plano de expressão e conteúdo, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

**EM13LGG104ARTa/ES** Pesquisar e utilizar as diferentes linguagens artísticas, levando em conta seus procedimentos, para a compreensão e produção e discursos em diversos campos de atuação social.

**EM13LGG201ARTc/ES** Utilizar as linguagens (artes visuais, audiovisual, dança, teatro, artes circenses e música) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

**EM13LGG301** Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.



**EM13LGG305** Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

**EM13LGG602** Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade.

**EM13LGG603** Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro) e nas intersecções entre elas, recorrendo a referências estéticas e culturais, conhecimentos de naturezas diversas (artísticos, históricos, sociais e políticos) e experiências individuais e coletivas.

**EM13LGG604** Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas.




- Analisar história até o século XXI o papel e os diferentes discursos sobre as mulheres desde a pré-história.
- Dialogar sobre a[s] desigualdade[s] de gênero presente na sociedade brasileira e no mundo buscando compreender como tais relações desiguais e conflituosas foram construídas e são reproduzidas no ambiente escolar.
- Compreender o papel do movimento feminista ao longo da história e as importantes conquistas como forma de promoção da equidade de gênero.
- Conhecer e valorizar as mulheres em destaque na história (escritoras, cientistas, artistas, revolucionárias, mulheres na política, mulheres negras, indígenas, campesinas, entre outras).
- Compreender que os movimentos sociais são manifestações coletivas históricas com algumas características estruturais que permitem seu estudo e teorização.
- Compreender o sentido do trabalho na realidade atual, levando em conta suas transformações nas diversas sociedades ao longo do tempo.
- Compreender as especificidades do trabalho e suas contradições na sociedade capitalista

## Contextualização/ Problematização



A desigualdade de gênero é um problema que marca a sociedade brasileira e o mundo como um todo. As marcas da desigualdade de gênero estão expressas na escola de forma que tem afetado diretamente as estudantes, professoras, profissionais da educação, funcionárias da limpeza, cozinha, segurança, entre outras.

Não são raros relatos de estudantes sobre casos de assédio e supostas “brincadeiras” praticadas pelos colegas e até mesmo pelos professores. O machismo é um fenômeno que é fruto de uma cultura patriarcal e é fundante na manutenção de uma sociedade violenta para as mulheres. Segundo Silva (2021) a “cultura patriarcal que se expressa por meio da divisão sexual do trabalho, do controle da identidade e sexualidade feminina e masculina diferenciadamente, da violência doméstica contra mulheres e meninas, dentre outras”. A autora destaca que todas essas formas de expressão da cultura patriarcal são ainda atravessadas pelas questões étnico-raciais. A ausência de debates desde a escola sobre as diversas violências sofridas pelas mulheres, bem como de debates sobre os direitos e conquistas das mulheres pode operar a continuidade de um mundo violento para as mulheres brasileiras. Assim, torna-se fundamental trabalhar com a valorização da mulher na sociedade, contextualizando historicamente as conquistas do movimento feminista ao longo dos anos bem como o protagonismo de mulheres, dentre elas mulheres negras e indígenas como forma de combater a cultura machista que perpassa as nossas relações cotidianas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de diálogo com temáticas que promovam debates e ações em prol de uma sociedade mais justa e livre de preconceitos, conforme consta na competência 5 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC , "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos”. (BRASIL, 2017, p. 570).



Destaca-se também que as práticas de luta e enfrentamento à cultura do machismo e as diversas formas de violência com a mulher estão de acordo com o currículo do Espírito Santo que faz referência as competências presentes na BNCC, de acordo com o currículo do Espírito Santo (texto introdutório):



Para que os estudantes sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária o foco da educação precisa estar voltado para o desenvolvimento de competências (BRASIL, 2018a), compreendidas como a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes para a resolução de situações complexas da vida cotidiana (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 4).

Portanto, a proposta da prática em questão visa atender as demandas presentes em nossa sociedade em contexto atual, estando de acordo com uma realidade cruel de um cenário que mata, inferioriza e diminui a mulher na sociedade brasileira.

## Sistematização

A atividade foi elaborada para ser desenvolvida durante um trimestre com estudantes do Ensino Médio regular para a disciplina Eletiva cujo título é “Mulheres de todas as cores”.
Ao longo do trimestre propõe-se realizar uma sequência de atividades que serão desenvolvidas com as(os) estudantes tendo como objetivo principal o enfrentamento contra as diversas formas de discriminação, violências e preconceitos, em particular a violência contra as mulheres (pretas, indígenas, pobres, campesinas, etc.) na sociedade brasileira.
Para atender a proposta, apresenta-se a seguir uma sequência de aulas e atividades que podem ser desenvolvidas durante um trimestre na disciplina Eletiva com as disciplinas de Geografia, Sociologia, Arte e Língua Portuguesa.

**1ª aula –** Dinâmica de acolhimento e reflexão.
**1ª parte:** Apresentação das(os) estudantes e questionamento inicial: “qual é o papel da mulher na sociedade?”.

A dinâmica inicial se trata de um momento de maior aproximação entre os estudantes, eles terão que falar o nome em voz alta e o nome de uma mulher que de alguma forma seja importante, mãe, avó, uma personalidade de destaque. Trata-se de momento de acolhimento, afeto e homenagem para as mulheres que de alguma forma marcaram a história e a vida das(os) nossas(os) estudantes.



**2ª parte:** Problematização inicial sobre o papel da mulher na sociedade brasileira com análise de duas músicas:
“Ai que saudade da Amélia” (composição de: Mário de Lago e Ataulfo Alves) e “Desconstruindo Amélia” (composição: Pitty).
Observação: as músicas estão disponíveis no youtube.
A problematização poderá ser realizada a partir da exposição da primeira música “ai que saudade da Amélia”, os alunos irão escutar e acompanhar a letra exposta no Datashow. Logo após realizar a exposição da segunda música "desconstruindo Amélia”, os alunos também irão escutar e acompanhar a letra exposta no Datashow.
As questões levantadas serão: Qual é o papel da mulher na sociedade brasileira?
Quais foram as conquistas das mulheres nas últimas décadas na sociedade brasileira?

**2ª e 3ª aula** - Aula expositiva dialogada com slides apresentando a contextualização histórica do papel da mulher na sociedade brasileira e no mundo. É necessária uma produção de slides com as conquistas das mulheres ao longo da história. Se trata de uma aula com bastante conteúdo histórico, sugerimos que questões sejam introduzidas ao decorrer da aula para ocorra maior participação das(os) estudantes.

**4ª e 5ª aula** - Análise de gráficos e dados estatísticos sobre violência de gênero e a presença da mulher no mercado de trabalho. Indicamos que as(os) professoras(es) façam um levantamento dos dados de violência de gênero nos últimos anos, com ênfase para o Espírito Santo. Para aumentar a participação dos estudantes, indicamos que uma pesquisa possa ser realizada pelos próprios alunos durante o primeiro momento da aula e que eles apresentem os dados encontrados.

Indicação de site para levantamento dos dados do Espírito Santo: https://mapadaviolenciadegenero.com.br/es/

Sugestão: elaboração de cartazes pelos próprios estudantes com os dados e reportagens de violência de gênero no ES e no Brasil.

**6ª aula -** CineDebate com café da manhã afetivo (indicação de vídeo sobre o protagonismo de mulheres negras). A proposta do CineDebate é voltada para um momento de reflexão acerca do protagonismo das mulheres negras.

Indicamos que seja exibido o filme “A Mulher Rei”, é importante que alguns questionamentos sejam levantados, tais como: você conhece alguma mulher protagonista de novela que seja negra? apresentadora de programa de auditório? apresentadora de jornal? Quantas super-heroínas são negras? Quem já teve acesso a bonecas negras?

Após a exibição do filme é interessante sugerir uma produção textual, uma redação, poema, slam, enfim, podemos deixar as(os) nossas(os) alunas(os) usarem a criatividade!




**https://www.sonypictures.com.br/filmes/mulher-rei**



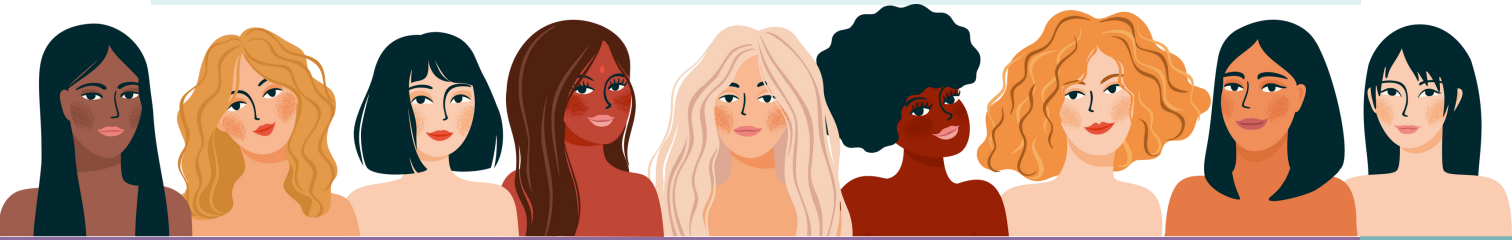
7ª aula - Palestra sobre o protagonismo de mulheres em diferentes profissões. Indicamos que cada professora(o) convide mulheres que atuem em diferentes profissões para expor as dificuldades e conquistas no mercado de trabalho, na vida pessoal, na família que possa servir de exemplo para as nossas alunas e alunos.
Sugestão: realizar o convite para mulheres que atuam em profissões rotuladas pela sociedade como "profissões masculinas", exemplo; engenharias (área industrial), política, polícia, entre outros.

8ª e 9aula - Produção artística - Reprodução de desenho do livro (Mulheres retratos de respeito, amor próprio, direitos e dignidade) da autora Carol Rossetti.
Sugerimos que as(os) professoras(es) acessem o material disponível pela artista no site: https://www.carolrossetti.com.br/mulheres.
As imagens podem ser visualizadas no site e disponibilizadas para as(os) estudantes realizarem as reproduções. Caso seja necessário, o professor pode pré-selecionar as imagens que mais se adequem ao contexto de cada turma de alunos.

10ª e 11ª aula - produção de vídeos com relatos de mulheres sobre as inúmeras formas de violência sofridas pelas mulheres no cotidiano (família, igreja, trabalho, transporte público, nas ruas, etc.).

Para a produção dos vídeos, (as)os estudantes irão conversar com mulheres que já sofreram alguma forma de agressão (física ou psicológica). Iremos sugerir que elas(es) conversem com mulheres da família, da igreja, do serviço, do bairro e identifiquem relatos que possam ser reproduzidos por meio de filmagens. Para não expor as mulheres que irão prestar os depoimentos, as(os) próprias(os) estudantes irão gravar reproduzindo as falas.

12ª aula - culminância: apresentação da produção artística e dos vídeos.
A disciplina Eletiva ofertada na grade curricular do Espírito Santo possui uma proposta de culminância, ou seja, os trabalhos realizados ao longo do trimestre são apresentados para toda a escola. Dessa forma, será elaborado um painel com as produções artísticas da reprodução de desenhos (conforme sugerido nas aulas 8ª e 9ª ) e as produções de vídeos nas aulas 10ª e 11ª.



**RECURSOS UTILIZADOS**




- Sala de Aula e cadeiras em círculo, projetor, computador e caixa de som;
- Celulares e chromebooks para pesquisa. Cartolinas e pincéis coloridos para a confecção dos cartazes;
- Auditório ou quadra, projetor, computador e caixa de som;
- papel A4, Lápis de cor, canetinhas

## Avaliação

A Avaliação ocorrerá de forma qualitativa observando as diversas formas de participação dos estudantes, sendo através de debates na sala de aula, entrega e análise dos trabalhos propostos, criatividade, coletividade e cooperação, cultivo de valores positivos e reflexão crítica, entre outras possibilidades.



## Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003(b).* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 11.645 de 10 de março de 2008(a).* Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. de 2008, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília, 2004.

BRASIL. P*lano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.* Brasília, DF: SECAD; SEPPIR, 2009.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.* Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Consulta Pública.* Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas: um manifesto.* Tradução: Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das letras, 1ª ed. 2017.

ESPÍRITO SANTO. Currículo do Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Estado de Educação/SEDU, Espírito Santo, 2022. Disponível em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/documentos/.

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.* Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.* Tradução de Ana Luiza Libânio. 1a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, E.M. . *O movimento pedagógico de gênero: o que e como fazem as professoras.* Curitiba: Appris, 2021.



## Material de Apoio



ALMEIDA, S. L. de. *Racismo Estrutural.* São Paulo: Ed. Pólen Livros, 2019.

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. *Sociologia.* São Paulo: editora Scipione, 2017.

GOMES, N. L. *A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.* In: CAUDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.* In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2a. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.

# Mulher, por que choras?



**Autora:**
**Érika Almeida Furtado**
**Rosimar Rocha Pires de Oliveira**

**Etapa: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio**

**Componentes curriculares:**
**Arte, Língua Portuguesa e História**

## Competências Gerais da BNCC

**1.Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

**4. Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

**6. Trabalho e projeto de vida:** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

**7. Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

**9. Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

**10. Responsabilidade e cidadania** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## Temas Integradores

**TI06** Educação em Direitos Humanos.
**TI07** Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
**TI12** Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.
**TI15** Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade;

## Objetos de Conhecimento

- **Língua Portuguesa:** apreciação e réplica; Relação entre gêneros e mídias; Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto; Efeitos de sentido; Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos.
- **História:** Questão de gênero e exercício da sexualidade; a história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais; os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira; a questão da violência contra populações marginalizadas
- **Arte:** Arte e tecnologia.

## Habilidades

**EF05HI04/ES** Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos, identificando e valorizando os enlaces culturais e a diversidade e percebendo que cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida em comunidade e do governo de seu país, estado e região.

**EF06HI19/ES** Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais, evidenciando tanto as representações sociais que estabelecem padrões, ideias de comportamento ou de desvios das normas vigentes (como nas sociedades cristãs são símbolos de Eva, Maria, Maria Madalena), como a sua participação, em conflitos bélicos, desempenhando funções religiosas e intelectuais (a exemplo de Hildegarda de Bingen, Christine de Pisan). Problematizando o controle sobre o corpo, sexualidade e os saberes femininos e como os ideais de beleza, através do culto ao corpo físico e estético, são recodificados e organizados de acordo com a cultura, religião, etnia e tempo histórico.

**EM13CHS101** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

**EM13CHS502** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

**EM13CHS503** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

**EF69LP01** Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.

**EF69LP40** Analisar, em gravações de seminários, conferências rápidas, trechos de palestras, dentre outros, a construção composicional dos gêneros de apresentação – abertura/saudação, introdução ao tema, apresentação do plano de exposição, desenvolvimento dos conteúdos, por meio do encadeamento de temas e subtemas (coesão temática), síntese final e/ou conclusão, encerramento –, os elementos paralinguísticos (tais como: tom e volume da voz, pausas e hesitações – que, em geral, devem ser minimizadas –, modulação de voz e entonação, ritmo, respiração etc.) e cenestésicos (tais como: postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia, modulação de voz e entonação, sincronia da fala com ferramenta de apoio etc.), para melhor performar apresentações orais no campo da divulgação do conhecimento.

**EF69LP29** Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos gêneros de divulgação científica – texto didático, artigo de divulgação científica, reportagem de divulgação científica, verbete de enciclopédia (impressa e digital), esquema, infográfico (estático e animado), relatório, relato multimidiático de campo, podcasts e vídeos variados de divulgação científica etc. – e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguística características desses gêneros, de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.



**EF69LP29** Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos gêneros de divulgação científica – texto didático, artigo de divulgação científica, reportagem de divulgação científica, verbete de enciclopédia (impressa e digital), esquema, infográfico (estático e animado), relatório, relato multimidiático de campo, podcasts e vídeos variados de divulgação científica etc. – e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguística características desses gêneros, de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.

**EF69LP44** Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.

## Objetivos



- Apresentar aos/as estudantes a Lei Maria da Penha, objetivando uma formação humana mais respeitosa em relação às questões de gênero, criando mecanismos de novos comportamentos transformadores da realidade, em especial quanto ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

II- Sensibilizar a comunidade escolar da importância do respeito aos direitos humanos, da promoção da igualdade de gênero, prevenindo e evitando as práticas de violência contra a mulher.

III- Estimular a reflexão dos/as estudantes no sentido de desnaturalizar e de descontruir a cultura de violência contra a mulher e de gênero arraigados no seio social.

## Contextualização/ problematização

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Brasil, em 2016, as mulheres se dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Esses dados evidenciam o quanto ainda é utópico a inserção em condições equânimes e o reconhecimento da mulher na sociedade atual.

Sendo assim, considerando a mulher mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar, tornando-se cada vez mais submetida aos interesses do homem, caracterizando a cultura patriarcal.

A violência contra a mulher tem ocupado as páginas policiais diariamente em nossa sociedade. Segundo dados do IBGE de 2016,[1] a cada 2 mim, há um registro de violência doméstica e 146 casos diários de violência sexual contra mulher. É alarmante o número de feminicídio e atentado contra a vida da mulher no contexto atual, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que no ano de 2021 1.341 mulheres foram assassinadas no Brasil, ou seja, a cada 7 horas uma mulher teve a vida interrompida brutalmente, acrescenta ainda que a autoria da maioria desses crimes é de companheiros e ex-companheiros. Mesmo diante dessas informações, é preciso entender que violentar uma mulher não é somente quando lhe tiram a vida ou a agridem fisicamente com brutalidade, existem outros, e muitos, tipos de agressão que por muitas vezes não são consideradas como tal e necessitam de atenção, como a agressão psicológica, a falta de respeito, o tratamento da mulher como objeto etc. Por isso, apresentar e estudar o conteúdo da Lei Maria da Penha na escola, tem como principal objetivo trabalhar a formação humana, a fim de sensibilizar os/as estudantes a se conscientizarem enquanto cidadãos transformadores da sociedade. A educação é o melhor e principal meio para a prevenção e combate à violência, sendo um ambiente propício para o diálogo, com planejamentos eficientes que podem auxiliar na redução e até na erradicação da violência contra a mulher, no ambiente doméstico, familiar e escolar.

[1] Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.

Para que homens e mulheres se libertem desse sistema patriarcal é preciso compreenderem a importância de cada um na sociedade, garantindo os direitos, a defesa da igualdade, da autonomia, justiça econômica e social, como uma defesa coletiva e organizada de diversos movimentos sociais .



## Sistematização

**1ª ATIVIDADE:**
Iniciar com a apresentação de um slide criativo com o título Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 e realizar as seguintes perguntas aos/as estudantes: Vocês conhecem essa lei? Do que ela trata? Você julga que ela seja importante? Acha importante conhecê-la?, em seguida, apresentar o documentário "Silêncio das inocentes" (https://youtu.be/uxXKiSli9KY) e promover um debate; (Importante fazer alguns recortes no documentário - tem alguns pontos que podem causar problemas na escola - ou usar outro material para apresentar a lei.





**2ª ATIVIDADE:**
Convidar uma pessoa da comunidade para proferir palestra sobre o tema "Violência contra a mulher" (Ex: psicólogo, delegado, advogado, policial etc). Alertar o convidado para a apresentação de dados sobre violência contra a mulher no Brasil, enfatizando o estado do Espírito Santo, seguindo com abertura de roda de conversa sobre recortes da lei e dos dados apresentados pelo palestrante sobre os diversos tipos de violências contra a mulher.

**3ª ATIVIDADE:**

**I.** Convidar os/as estudantes para a construção de podcasts sobre a Lei Maria da Penha. Apresentar aos/as estudantes podcasts sobre diferentes temáticas e, a partir de então, construir coletivamente as características e roteiro desse gênero digital para, posteriormente, construir o episódio. A turma deverá ser dividida em grupos de até 4 estudantes. Reservar uma aula de 50 minutos para esta atividade.



**II.** Disponibilizar tempo e recursos para que os/as estudantes construam seus podcasts. Reservar duas aulas de 50 minutos cada para esta atividade.

**III**.Disponibilizar espaço e recursos para a gravação dos podcasts. Reservar espaços silenciosos e aparelhos para que os/as estudantes possam realizar a gravação dos episódios. À medida que forem gravando já deverão realizar a revisão e, havendo necessidade, correção das falhas. Construir um cronograma para publicação dos episódios nas redes sociais da escola e entregar todo o material ao responsável pelas publicações. Reservar duas aulas de 50 minutos cada para esta atividade.

**4ª ATIVIDADE:**

Tertúlia do livro "Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã" de Malala Yousafzai. O Manual Tertúlia Dialógica da Comunidade de Aprendizagem, citado no site do Instituto Natura, diz que Tertúlia é o




> Encontro de pessoas para dialogar que promove a construção coletiva de significado, além da aproximação com a cultura clássica universal e o conhecimento científico acumulado pela humanidade ao longo do tempo. Favorece a troca direta entre todos os participantes sem distinção de idade, gênero, cultura ou capacidade. Essas relações igualitárias envolvem a solidariedade, o respeito, a confiança, o apoio, em vez da imposição (Instituto Natura, p. 1).

Nesse contexto, a turma deverá construir um cronograma com os trechos a serem lidos e as datas prováveis para os encontros para os debates. Considerando que o livro é dividido em 5 partes, sugere-se que cada parte seja discutida em um encontro. Reservar seis aulas de 50 minutos para esta atividade.

**5ª ATIVIDADE:**
Construção de um mural informativo com pontos relevantes abordados sobre a violência contra a mulher para leitura dos demais alunos da escola (textos, imagens, gráficos etc.).

**6ª ATIVIDADE:**
Realização de uma passeata pela comunidade local onde a escola se encontra inserida para distribuição de folders às famílias e comunidade em geral com a temática de ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

**7ª ATIVIDADE:**
Apresentação do gênero Slam (poesia) aos/as estudantes e propor que construam poesias sobre a temática em discussão, considerando todos os conhecimentos construídos nas atividades anteriores, assim como a bagagem trazida de suas vivências diárias.

**8ª ATIVIDADE:**
Culminância do projeto com a apresentação dos pontos mais relevantes da leitura realizada na tertúlia do livro "Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã" de Malala Yousafzai, apresentação de versos em forma de Slam com temática de prevenção à violência contra a mulher e apresentação de um sarau de poesias.




## RECURSOS UTILIZADOS




- Espaço físico onde deve ou pode ser realizada a atividade:
- Salas de aula, espaço não formal de aprendizagem (Céu Azul) e salão para palestras, rodas de conversas e apresentações da Tertúlia e do sarau.
- Material necessário: Computadores com internet para pesquisas, impressora, materiais impressos, microfones, caixa de som, papéis variados para construção de cartaz, pincéis, etc.
- Palestrantes e pessoas que possam dar depoimentos.
- Meio de comunicação a ser utilizado, caso necessário: livros, murais informativos, jornal impresso, projetor, TV, vídeos, computador etc.
- Tempo necessário à realização da atividade: durante o terceiro trimestre letivo de 2022.

## AVALIAÇÃO



Será feita durante toda a realização do projeto, através da observação, participação e envolvimento dos/as estudantes.

# Referências

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coibe a violência doméstica e familiar contra amulher. Presidência da República. 2006

MARTINS, Iara de Souza; FRANKLIN, Ingrid Chaves. *Lei Maria da Penha: avanços legislativos e as principais problemáticas que dificultam sua aplicação.* Disponível em https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Iara%20de%20Souza%20Martins.pdf <Acesso em: 14/08/2022>

Vídeos:
Lei Maria da Penha: o que é importante saber sobre a lei que protege da violência contra a mulher Videoaula introdutória sobre os pontos mais importantes da da Penha (Lei 11.340/06): em quais contextos a violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre, tipos de violência, medidas protetivas a serem tomadas pela autoridade policial e juiz, o que ocorre com o agressor que descumpre as medidas protetivas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EDRl0SA4IDI<Acesso em: 14/08/2022>




**A Ciência da Violência Doméstica**

Durante a pandemia, foi observado um aumento no número de denúncias de violência doméstica no Brasil. Hoje vamos trazer uma síntese do que a ciência já nos revelou sobre esse tipo de violência.

Dossiê Agência Patrícia Galvão. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/multiplas-violacoes-sexuais-contra-mulheres-negras-indigenas-e-lgbtts <Acesso em: 13/10/2022>

https://www.comunidadedeaprendizagem.com/uploads/materials/6/580d15e17ff1060840d2c6606046dc28.pdf <Acesso em 14/08/2022>



9 786585 134354

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria da Educação*
*Secretaria de Direitos Humanos*
***Secretaria Estadual das Mulheres***